Rua José de Alencar, 123 - 6º andar - Vila Santa Luzia - São José dos Campos - SP - Brasil - CEP:12.209-904
Tel.: 55 (12) 3947-8128 - e-mail: seurbs@sjc.sp.gov.br

ATA DA REUNIÃO - CONSELHO GESTOR DO PLANO DIRETOR

Data: 17 de outubro de 2018 – Horário: 18h30

Local: Auditório do Térreo - Paço Municipal

Representantes presentes:

Nome	Entidade	Membro
Maria de Fatima Gilberti	ATU-SFXAVIER	Titular
José Lincoln Trigo Delgado de Almeida	GCE – Gr. Consciência Ecológica	Titular
Marta Rizzi	OAB	Suplente
Guido de Almeida Junior	UNIVAP	Titular
Walter Brant Zaroni de Paiva	AEA	Titular
Andrea Enomoto	AEA	Suplente
Ântônio Miguel Vieira Monteiro	INPE	Titular
Maria Rita Singulano	CREA	Titular
Carlos Roberto Wandenkolk da Cunha	CRECI	Titular
Nilson Franco Martins	AABE Esplanada	Suplente
Arlindo Aparecido Regis de Oliveira Junior	DEFENDE SÃO JOSÉ	Titular
Daniela do Amaral Moretti	DEFENDE SÃO JOSÉ	Suplente
Nilson Franco Martins	AABE	Titular
Arlindo Aparecido Régis de Oliveira Jr.	Defendem São José	Titular
Daniela do Amaral Moretti	Defendem São José	Suplente
Ângela Aparecida da Silva	CMP	Titular
Gabriel Alves da Silva Junior	Núcleo Re. PD Participativo	Titular
Vicente de Moraes Cioffi	Núcleo Re. PD Participativo	Suplente
Weber Souza Lima Rios	ARES Esplanada	Titular
Ângela Paiva	AELO	Titular
Rogério Paiva	SECOVI	Suplente
Fabiana Vieira	ACONVAP	Titular
Gianfranco Baradel	SINDUSCON	Suplente
Marcelo Pereira Manara	Poder Público (SEURBS)	Titular
Paulo Eduardo Oliveira Costa	Poder Público (SEURBS)	Suplente
Oswaldo Vieira de Paula Junior	Poder Público (SEURBS)	Titular
Rodolfo Marcos Venâncio	Poder Público (SEURBS)	Titular
Ronaldo Gonçalves Madureira	Poder Público (SEURBS)	Titular
Andrea Sundfeld Penido	Poder Público (SEURBS)	Suplente
Daniel Rodrigues Mello	Governo	Titular
Adalberto Silvestre	Gestão Habitacional e Obras	Suplente
Massuo Kimura	Gestão Habitacional e Obras	Titular
Geraldo da Silva Pinheiro Junior	AGENVALE	Titular
Dolores Moreno Pino	Poder Público (SEURBS)	Titular
Geraldo da Silva Pinheiro	Poder Público (SEURBS)	Titular
Demais cidadãos:		
Grazielle Carvalho	Ipplan	
Leonardo Magno	LIXO ZERO	

Maria Lúcia	Defendem São José	
Rita	Munícipe	
Paulo Romano	Munícipe	
Marcelo Kajiura	OAB	

Abertura: Aos dezessete dias do mês de outubro do ano de 2018, o Presidente do Conselho, **Marcelo Manara,** deu início à reunião às dezoito horas e quarenta minutos, agradecendo a presença e cumprimentado a todos. **MARCELO MANARA:** Bom, já abrindo a reunião do Conselho Gestor do Plano Diretor... Maria Rita, Rodolfo, se vocês puderem sentar, por favor. Aprovação da Ata... Todos receberam a Ata? Alguém tem alguma consideração a fazer acerca da Ata da reunião do dia 31 de agosto 2018? Só um detalhe antes e essa novidade aí de organização, ela foi uma solicitação que nós recebemos a umas duas reuniões atrás, porque fica sempre misturado todo mundo e fica difícil de contabilizar os votos, e o Conselho Municipal de Meio Ambiente já adota essa prática que facilita bastante, também o Comitê de Bacias, alguns já possuem os "crachazinhos" de votação, enfim, fica muito mais fácil para a gente contabilizar os votos. Bom voltando, ninguém quer fazer alteração na Ata? Não? Então a Ata está aprovada por unanimidade. Seguindo, eu vou apresentar para vocês a atualização do balanço do processo participativo de toda a trajetória do Conselho Gestor do Plano Diretor. Aqui atualizado, temos um quadro que a gente vem apresentando em várias reuniões, porque é importante que o Conselho Gestor do Plano Diretor tenha essa visão, possa acompanhar e, estar ciente de que toda a trajetória nestes dois anos, nós já contabilizamos... Hoje nós realizamos a 113ª (centésima décima terceira) reunião, ou seja, realizamos 113 (cento e treze) reuniões, considerando que em 2016 foram realizadas 29 (vinte e nove) reuniões, sendo 10 (dez) do Conselho Gestor e 03 (três) Câmaras Técnicas do Conselho Gestor. Em 2017, 40 (quarenta) reuniões, sendo 10 (dez) do Conselho Gestor com 05 (cinco) Câmaras Técnicas e 19 (dezenove) reuniões públicas, as oficinas, os fóruns, distribuídos em toda a cidade. Em 2018, nós estamos aí contabilizando 42 (quarenta e duas) e concluindo hoje com uma no CMDU e outra hoje aqui no Conselho Gestor do Plano Diretor... Ao todo nós tivemos cerca de 2.500 (duas mil e quinhentas) pessoas com participação presencial, além disso, 175 mil (cento e setenta e cinco) acessos ao site do Plano Diretor, lembrando que desde o início das discussões foi disponibilizado um site que não só recepcionou contribuições, sugestões, como também, encontra-se lá todo acervo de material produzido até aqui, mas depois o Marcelo também vai passar um pouco de informações para vocês. Recapitulando, uma informação que é crucial, que nós entendemos como de grande significado para essa trajetória do Plano Diretor que é intrínseca, 30% (trinta por cento) em média, porque aí nós tivemos desde as oficinas, dos fóruns, das 19 (dezenove) oficinas, dos 11 (onze) fóruns e das 8 (oito) audiências públicas uma diferenciação de contribuições. Em média nós tivemos 30% (trinta por cento) de acolhimento daquelas sugestões trazidas, seja por microfone, por instituições que protocolaram seus documentos, em toda essa trajetória e também através do próprio site, todas elas definindo outra marca outra identidade da qual nós nos empenhamos muito e estamos muito seguros com relação a essa a essa estratégia de promover para todos esses momentos o caderno de devolutivas que também está disponível no site do Plano Diretor. Vamos lá. Estas são algumas fotos, só para exemplificar. Tivemos reuniões com mais de 300 (trezentos) participantes, o Joseense gosta muito, como eu repito sempre aqui, de discutir São José dos Campos, de abordar sobre participar dessa construção coletiva. Então, foram oficinas, fóruns de audiências públicas sempre lembrando e enaltecendo a participação desse colegiado, o Conselho Gestor do Plano Diretor foi um grande colaborador, foi aqui que nós definimos em plenária o mecanismo de conversa com a sociedade, como que nós iríamos a cada grupo, a cada pacote por assim dizer, de eventos. Então sejam as oficinas, onde decidimos juntos sobre como faríamos as oficinas, sobre como nós colocaríamos a comunidade para trabalhar efetivamente na construção das suas ansiedades e das suas expectativas sobre o Plano Diretor. Então, todos lembram que o Conselho Gestor instaurou a Câmara Técnica, e esta Câmara realizou suas reuniões e definiu essa estratégia, que gosto de chamar de "olho no olho" com a população, e foi assim durante as oficinas, nas mesas, rabiscando mapas, colocando adesivos, numa grande participação de todas as comunidades. Foram 19 (dezenove) regiões que recepcionaram esses eventos, os fóruns e as audiências públicas. Todos os eventos foram trabalhados da mesma forma, sempre

Rua José de Alencar, 123 - 6º andar - Vila Santa Luzia - São José dos Campos - SP - Brasil - CEP:12.209-904
Tel.: 55 (12) 3947-8128 - e-mail: seurbs@sjc.sp.gov.br

as estratégias de interlocução foram previamente pactuadas. Vamos lá. Uma inovação durante todo esse período percorreu São José dos Campos nas universidades, no Parque Tecnológico, na Câmara Municipal, aqui na Prefeitura e em várias localidades, e se não me engano foram 20 (vinte) localidades é a Exposição Itinerante, com os belíssimos desenhos do arquiteto Gil, aposentado aqui da Secretaria, aqui da Prefeitura, e traz nada mais, nada menos do que as informações prévias ali colocadas. A intenção era justamente de se trazer a percepção sobre o Plano Diretor para as pessoas, já que nós estamos em momento de discussão e o Plano Diretor é de construção coletiva. Essa exposição Itinerante teve o grande objetivo de alertar as pessoas que estavam passando no Shopping, as pessoas que estavam passando por ali... Principalmente os universitários, que puderam ter acesso e dizer: "Poxa, isso aqui está acontecendo, vamos participar". O Website, como eu falei, mais de 175.000 (cento e setenta e cinco mil) acessos até o momento. Pode passar. Esse é um quadro novo e, nesse balanço do processo participativo, e podemos perceber que São Paulo, por exemplo, em 2010 (dois mil e dez) tinha uma população de 11.253,000 (onze milhões duzentos e cinquenta e ter mil) e foram realizadas 69 (sessenta e nove) reuniões similares, com um total de 25.700 (vinte e cinco mil e setecentos) participantes. Em Campinas, que também tem uma população maior do que São José dos Campos, foram realizadas 53 (cinquenta e três) reuniões, com um total de 2.229 (dois mil duzentos e vinte e nove) participantes. Além de vários municípios ali, onde demonstramos a data em que ou foi aprovado o Plano Diretor ou se ainda está em elaboração, todas contextualizando e definindo que a nossa trajetória, o nosso percurso, foi bastante rico e bastante eclético nos mecanismos e nas estratégias de abordagem para levar a mensagem do Plano Diretor e discutir o Plano Diretor com toda a população, com todos os Joseenses. E o interessante nesta contagem, por exemplo, é que São José dos Campos, com 603 (seiscentos e três) mil habitantes, tem este total de oficinas realizadas até o ano atual, de 2018 (dois mil e dezoito). Todos esses dados foram colhidos em site oficial das respectivas prefeituras. Então, agora o Marcelo vai apresentar a questão do caderno de devolutivas e os documentos gerados das audiências públicas. **MARCELO REIS:** Boa noite a todos. Sou Marcelo Reis, da equipe SEURBS. Vou falar um pouco sobre a comunicação, como ela aconteceu, sobre a participação popular no Plano Diretor e sobre como estamos oferecendo esta devolutiva. Enquanto uma parte da equipe da SEURBS se dedicou a elaborar o Plano Diretor, em elaborar os instrumentos, outra parte se dedicou a traduzir os anseios populares, a auxiliar à população a participar efetivamente do Plano Diretor. Uma parte importante disso foi a comunicação para a população, ou seja, o fornecimento de insumos, o fornecimento de material acessível à população. Nós produzimos uma série de documentos desde 2017, como caderno de mapas temáticos que começava a permitir que a população trabalhasse com mapas, depois nós trouxemos a proposta técnica inicial, a leitura técnica e trouxemos, também, os relatórios que o IPPLAN sempre nos disponibilizava após as etapas de participação popular e, finalmente, chegamos ao projeto de lei que foi disponibilizado antes das audiências públicas. Tivemos os fóruns regionais em maio desse ano, e qual era a dinâmica do fórum? Vocês se lembram? As pessoas se inscreviam, fazia uma contribuição, uma sugestão e no final era feito uma relatoria que sintetizavam as colaborações populares. A partir desse trabalho, nós estamos publicando um caderno de devolutiva dos fóruns regionais e, esse caderno está retrabalhado com relação àquela planilha anteriormente publicada, agora está organizado por nome dos munícipes, tem uma lista de todas as contribuições que eles fizeram e uma síntese de cada contribuição e a devolutiva. Como essa devolutiva foi trabalhada? Algumas das questões eram imediatamente pertinentes à SEURBS, então nós respondíamos. Outras diziam respeito às outras Secretarias, e então, tínhamos um trabalho de tradução daquela fala popular que vem muitas vezes numa linguagem que não é burocrática ou técnico administrativo da Prefeitura, a gente tinha que entender o que o munícipe estava querendo, encaminhar para o setor responsável, muitas vezes tinha um problema de tradução também na Secretaria, ela não entendia como dar uma resposta de Plano Diretor, então, nós fazíamos o meio-de-campo. Foi um melhoramento constante. Nós fomos falando com as Secretarias, com a Secretaria de Mobilidade, Secretaria de Educação... Algumas demandas eram muito específicas, não diziam a respeito do Plano Diretor, mas não desconsideramos nenhuma, inclusive esse acervo de questões que foram colocadas nos fóruns regionais, ele é muito rico no sentido de mostrar os anseios, o que a população quer que melhore

no Governo, melhore na Administração Pública. Então, por mais que algumas sugestões não tenham sido incorporadas no Plano Diretor, elas foram encaminhadas para as Secretarias que provavelmente vão incluir na sua programação essas melhorias, essas sugestões. Já sobre o Fórum Final, também vamos publicar o caderno das devolutivas. O Fórum Final já tinha aquela dinâmica que eram grupos de pessoas que se reuniam e tiravam as fichas de colaboração, então nós reproduzimos o texto das fichas de colaboração. A ficha de colaboração na frente tinha um texto e atrás tinha uma justificativa, elas estão reproduzidas por sala, tinham três salas temáticas lá, três eixos temáticos. Então a gente tem o eixo "A" aqui, por exemplo, tem o texto da ficha, a justificativa e a resposta da SEURBS. Também nesse dia, no dia 18 (dezoito) de agosto de 2018, no fórum final, foram protocolados documentos, o relatório quem está publicando também e tem a devolutiva dos documentos protocolados. E finalmente as audiências públicas. As audiências tiveram uma dinâmica típica de audiência, as pessoas falavam, mas também tiveram protocolo de documentos. Com relação às falas, a devolutiva foi dada no momento, pelo representante da SEURBS, tinha um tempo final para ele comentar as falas e, também registramos e fizemos alterações no projeto, mas estamos oferecendo agora devolutiva dos documentos protocolados nas audiências. Agora vou passar para a Grazielle do IPPLAN, que vai comentar sobre o relatório das audiências públicas. **GRAZIELLE CARVALHO:** Boa noite a todos. Bom, o IPPLAN colaborou durante as audiências públicas com a função de fazer a síntese das contribuições e a elaboração do relatório final das audiências, então, vou passar essa parte que o Manara já explicou inicialmente, sobre o processo participativo no Plano Diretor, os números de reuniões que ocorreram, de acordo com o processo que foi aprovado por esse Conselho Gestor. As audiências públicas foram realizadas com objetivo de apresentar essa proposta final da minuta de lei do Plano Diretor para a população... A população discutia, dava suas contribuições e, então a Prefeitura pôde assimilar esse conteúdo e enviar uma minuta final para a Câmara. Bom, em termos de audiência pública ou no que se refere à comunicação e mobilização social, foram além do anúncio do decreto, em dois órgãos da imprensa local, com 15 (quinze) dias de antecedência para seguir o rito que é solicitado pela Lei Orgânica Municipal, ainda tiveram cartazes em ônibus, equipamentos públicos, em torno de 87 (oitenta e sete) anúncios em TV aberta, 52 (cinquenta e duas) inserções em rádios, cartilhas explicativas, banner digital que foi divulgado pelas mídias sociais e a Exposição Itinerante, todas essas itens estão detalhados no relatório que vai ser disponibilizado pela Prefeitura no site, falando em quais TVs, em quais rádios, em quanto tempo que foi cada disponibilizado para cada ação desta. A metodologia da audiência pública, propriamente dita, seguiu o rito do Decreto 17.954 de 31 de agosto de 2018, que estabeleceu cinco etapas e nessas etapas a primeira se dava com abertura do Secretário de Urbanismo e Sustentabilidade, Marcelo Manara. Para fazer a abertura do rito, ele tinha 10 (dez) minutos de fala, e também para uma segunda etapa que era apresentação da proposta do Plano Diretor por um técnico da Prefeitura e, numa terceira etapa que era a manifestação da população, a população tinha 120 (cento e vinte) minutos de fala no todo. Cada cidadão tinha 03 (três) minutos de fala e depois é totalizando em média até 60 inscrições de fala por audiência pública. A quarta fase disponibilizava 20 (vinte) minutos para que os técnicos da Prefeitura respondessem ao questionamento ali no momento e um quinto momento que era o encerramento da audiência pública pelo Secretário. Outra coisa a se falar do rito das audiências é que a Lei Orgânica Municipal estabelece que são obrigatórios 5 (cinco) audiências, mas, no entanto, foram realizadas 08 (oito) audiências, ultrapassando até a quantidade que é obrigatória pela Lei Orgânica. E aí foram realizados na regional Sul, Oeste, Sudeste, na rural Norte, Norte, Leste, São Francisco Xavier e no centro. No total de participação geral, foram em torno de 415 (quatrocentos e quinze) participantes no somatório de todas as 08 (oito) audiências, sendo que as que mais tiveram representantes foi São Francisco Xavier e Centro, e as que mais tiveram inscritos foi a regional Norte e Centro, basicamente. Quando comparamos a questão de inscritos por audiências públicas também para fala, verificamos que na Rural Norte, de 13 (treze) pessoas que participaram da audiência na Rural Norte, apenas 05 (cinco) solicitaram fala, então a gente chega numa média de uns 40% (quarenta por cento) de inscritos para fala. Na Norte registramos 20 (vinte) falas para132 (cento e trinta e dois), basicamente, então esse é o gráfico de distribuição. No que se refere aos temas que foram abordados levantados pela população nas audiências, mas os 05 (cinco) mais

Rua José de Alencar, 123 - 6º andar - Vila Santa Luzia - São José dos Campos - SP - Brasil - CEP:12.209-904
Tel.: 55 (12) 3947-8128 - e-mail: seurbs@sjc.sp.gov.br

citados foram Habitação e Regularização Fundiária, a questão da Metodologia da Proposta, as diretrizes setoriais, a questão de controle da revisão do Plano Diretor e a questão de Mobilidade Urbana. E aí a gente vai falar um pouquinho desses tópicos. No tópico de Habitação e Regularização Fundiária foram levantados principalmente, a demanda da população em termos de, da Regularização de alguns núcleos urbanos informais, sobretudo os bairros Jardim Nova Esperança, Vila São Mateus, Jaguari, Canindú I, Avaí, Vila Leila, Recanto dos Tamoios, e foram citados os outros. E também foi solicitado um calendário de previsão de regularização e também uma proposta do Plano Municipal de Regularização Fundiária. No tema de metodologia de proposta houve levantamentos de munícipes que relataram discordância com relação ao escopo da minuta de lei e tiveram também alguns que parabenizaram a equipe, a proposta de inovação do Plano Diretor principalmente no que se refere ao conceito de cidade compacta na questão das centralidades e no destaque de áreas de unidade de conservação e parque linear, as margens do Rio Paraíba do Sul. No que se refere às diretrizes setoriais foi muito levantada à questão de falta de segurança, altos índices de criminalidade, questão de acesso à infraestrutura urbana e saúde pública, a maior divulgação do programa do PSA, proposta de Ecovias no Banhado e também em questão de melhoria de equipamentos de cultura esporte na regional Leste. Outros temas foram mencionados também, foi à questão da mobilidade urbana, sobretudo no que se refere à demanda, e a priorização por transporte coletivo público de qualidade e algumas melhorias no sistema, questões sobre controle e alguns questionamentos sobre como se daria esse controle e a revisão do PDDE e capacitação da população, e questões também sobre parcelamento, alguns itens também foram levantados que se refere mais ao zoneamento do que se refere ao, ao, ao plano diretor propriamente dito né, e a divergência de opiniões sobre verticalização, alguns falavam que queria que verticalização, outros falava que não, que seria melhor não verticalizar. E no que se referem aos documentos protocolados ao longo das 08 (oito) audiências, eles foram 15 (quinze) documentos de diversos temas e alguns abaixo-assinados, todos também estão como anexo do relatório das audiências, e aí chegando aqui nas considerações finais do relatório síntese né, das audiências públicas do plano diretor de São José, ele basicamente buscou fazer uma relatoria do que aconteceu nas audiências e uma síntese estatística dos principais temas abordados, esse é o conteúdo do, do relatório, e buscando então aí trazer essas esses apontamentos e essas demandas que a população trouxe durante as audiências públicas, esse era o objetivo. Boa noite. **MARCELO MANARA:** Obrigado Grazielle. Obrigado ao IPPLAN pelo apoio e pela trajetória também, todos aí juntos nas consultorias e ao apoio na realização das audiências públicas e na compilação dos dados que foi muito importante. Agora o engenheiro Oswaldo vai apresentar no que as audiências públicas e essas contribuições dos processos participativos contribuíram, porque lembrando, todos receberam, todos participaram com relação à minuta base do projeto de lei que subsídio o caminho para as 08 (oito) audiências públicas, então agora vai apresentar uma sequência de tópicos, daquilo que constituiu a contribuição para uma peça final. **OSWALDO VIEIRA:** Boa noite, Oswaldo, da Prefeitura. Na verdade, não vou detalhar com tanta ênfase aqui, porque vocês vão receber o material agora, eu queria reforçar que todos os estudos que foram mencionados aqui estarão sendo disponibilizados já amanhã no site, quer dizer, todos que acessarem o site pela manhã também já encontrarão esses materiais, o caderno ou devolutivo do Fórum Regional, revisto do fórum final, as datas que transcrevem todas as audiências públicas, todas as audiências foram gravadas, está tudo transcrito, tudo será disponibilizado no site. Outro elemento também com relação à devolutiva dos ofícios e documentos protocolados, em relação às audiências também. O que eu vou abordar é o seguinte, desde o início, a partir da Leitura Técnica, da Leitura Comunitária, nós geramos uma proposta preliminar, esta proposta de preliminar ela tinha uma basicamente essa mesma estrutura, ela foi submetida aos fóruns regionais, a partir de contribuições dos fóruns regionais nós consolidamos uma proposta final, a partir dessa proposta final, foi submetida ao evento fórum final que surgiram várias sugestões, reivindicações, nós também, aquilo que nós entendemos que era importante, era impertinente, era factível, nós incorporamos na proposta do fórum final que gerou o projeto de lei que foi submetida às audiências e que a partir das audiências também, tudo que nós coletamos as audiências também em relação aos documentos que nós analisamos, foram incorporadas novas questões a esse projeto de lei que agora nós entendemos que nós finalizamos dentro

Rua José de Alencar, 123 - 6º andar - Vila Santa Luzia - São José dos Campos - SP - Brasil - CEP:12.209-904
Tel.: 55 (12) 3947-8128 - e-mail: seurbs@sjc.sp.gov.br

da prefeitura, nós consolidamos dentro da Prefeitura, então para quem foi verificar desde o primeiro documento do que era a proposta preliminar, passando pela proposta final, pelo projeto de lei e agora o projeto de lei que nós vamos está disponibilizando, vai ver sempre um avanço, sempre uma mudança, nós sempre fomos inovando em algumas questões e aprofundando, e aperfeiçoando algumas questões, nós mantivemos a estrutura inicial, proposta do projeto de lei, porque essa é uma estrutura de orientação jurídica, em que o Plano Diretor ele carrega aqueles princípios, e objetivos, e diretrizes gerais, a política do enquadramento territorial aqui, a questão do macrozoneamento urbano, do macrozoneamento rural, a questão da compartimentação das macrozona urbana, consolidação, estruturação, controle, então tudo isso está mantido, o que nós fomos acoplando, foram algumas sugestões a cada um desses temas, dentre os elementos estruturadores que eram as ADS, e as áreas que também tem uma estratégia para fomentar a economia, a rede centralidade para gente fortalecer aquelas centralidades que existem, muitas delas que estão perdendo população e que precisam um porte maior de comércio serviços, bem como aquelas mais periféricas onde a gente precisa de fato induzir o sub centro comercial para uma população que more no Putim, que more no Cajuru, que more no Novo Horizonte para atender as áreas mais periféricas, agora a gente também dentro da centralidade tem um entendimento que, por exemplo, bairros como Vila Industrial, Parque Industrial em alguns pontos vem perdendo população e por isso que é importante a gente trabalhar com incentivos para essas regiões, para fortalecer o comércio e trazer mais gente, nós usamos como base o mapa de vazios urbanos, as glebas que nós identificamos tanto na consolidação, quanto na estruturação para trair, assim propor exatamente os perímetros delas, então nada não mudou nada em relação aos perímetros. A questão áreas de interesse ambiental, parques urbanos da conservação foram incorporados Parque Santa Júlia, na proposta por relação ao Parque Urbano. Na medida que o Putim é extremamente carente de área de lazer, com relação às zonas especiais de interesse social aqui sim houve um aperfeiçoamento, inclusive até a promoção do Fórum Popular foi pedido a criação de um Plano Municipal de regularização fundiária, isso foi incorporado no texto, tanto a necessidade dentro da Política Habitacional de Regularização da criação de um plano específico de habitação, contra criação de um plano específico de regularização, o que o projeto está trazendo são todos os núcleos informais identificados, todos aqueles que existem no território de São José dos Campos até o dia de hoje estão identificados, aqueles que estão em zonas urbanas que são comprovadamente de interesse social, que nós já temos todas as informações, cadastros, sócio econômico, levantamentos, já estão sendo propostas como ZEIS, porque cabe à Prefeitura regularizar. Aqueles que estão em zonas urbanas e, ainda não temos as informações suficientes, temos que provê-las, e aí eles entram dentro desse Plano Municipal de Regularização previsto para que dentro de uma temporalidade eles possam seguir com a regularização, aqueles que estão em zona rural poderão ser regularizados também, criamos mecanismos para isso, bolsão Urbano, classificações de ZEIS no futuro, mesmo sabendo que hoje a lei federal não demanda necessidade de criação de ZEIS ou Bolsão Urbano em Zona Rural, hoje não há necessidade disso, mas por uma política do município nós estamos garantindo esta condição. Na questão da regulação do parcelamento uso e ocupação do solo, isso foi uma inovação deste Plano Diretor, porque o intenção aqui era que esse Plano Diretor trouxesse diretrizes gerais para o zoneamento, para política de parcelamento uso e ocupação do solo e que o Plano Diretor demandasse as preocupações que nós temos com a cidade. A questão dos conflitos de uso tem que ser melhor solucionada, a questão da ventilação com os recursos, empreendimentos, tudo isso é uma preocupação muito grande, a característica de cada bairro, cada bairro tem uma condição, tem um processo de transformações, nós temos as áreas residenciais, temos as áreas mistas, temos as áreas mistas que verticalizam, aquelas que não verticalizam, uma coisa que eu esqueci de mencionar é o seguinte, na centralidade nenhum local que foi proposto como centralidade era uma zona Residencial pura, todos já são zonas mistas, Vila Industrial, Satélite, Parque Industrial, Motorama, Novo Horizonte, são áreas mistas, comércios, serviços e residências, a prefeitura não está propondo nenhuma transformação de bairro no Plano Diretor. A questão zoneamento será discutido na lei de zoneamento, que o planejador está propondo aqui alguns encaminhamentos e alguns cuidados que o zoneamento tem que ter para que de fato a gente consiga um conforto na cidade e resolver em comodidades urbanas que a gente vem tentando resolver há muitos anos, mas é muito difícil para alguns

Rua José de Alencar, 123 - 6º andar - Vila Santa Luzia - São José dos Campos - SP - Brasil - CEP:12.209-904
Tel.: 55 (12) 3947-8128 - e-mail: seurbs@sjc.sp.gov.br

usos você acomodar principalmente zonas mistas, determinando uso que convivem próximos a residências, essa é uma preocupação que a gente vem buscando ao longo dos anos, tentando criar mecanismos e a gente está tentando inovar no Plano Diretor com isso. Dentro da questão dos instrumentos da política urbana a gente manteve a proposta do coeficiente básico, no nosso entendimento é fundamental para aproximar moradia de emprego, tentar conter um pouco a periferização da cidade, principalmente à exclusão social das pessoas das áreas de maior infraestrutura. Hoje quem mora nas áreas de maior infraestrutura da cidade são aquelas pessoas que têm uma condição melhor, hoje não se consegue fazer empreendimentos para classe social faixa 02 (dois), faixa 01 (um), ou 01 (um) e meio na macrozona de consolidação e essa população está sendo periferizada, então, a questão do coeficiente único, a questão da outorga e dos outros instrumentos é fundamental para a gente criar uma atratividade, para tentar trazer uma população que hoje está excluída socialmente das áreas mais infraestruturadas, para essas áreas, porque hoje o que tem acontecido que a cidade tem se periferizado cada vez mais? O custo de manutenção da cidade de você levar bairros muito distantes e prover de infraestrutura é à longo prazo, se a gente pegar o exemplo do Campo dos Alemães que se instalou no início dos anos 90 (noventa), nós demoramos 20 (vinte) anos para sanar as deficiências sociais de serviços, de equipamentos no Campo dos Alemães. Hoje a gente tem bairros e conjuntos periféricos que nós vamos demorar uns 10 (dez) anos para solucionar, porque o dinheiro não brota, a gente tem que equacionar, então é uma dificuldade muito grande, a gente tem conjuntos aprovados recentemente que são carentes de serviços e a gente aí tem uma demanda muito grande, uma pauta muito grande aí para resolver, então a gente passa a política dos instrumentos para tentar buscar isso, dar condições iguais para todos, tratar igual a cidade para ver se a gente consegue modificar um pouco o panorama dessa cidade, porque ela está instalada, hoje nós temos uma cidade boa, muito boa e temos uma cidade muito carente de infraestrutura dentro dessa nossa área urbana e principalmente temos vários lucros... A zona rural é mais carente ainda do que aqueles núcleos que estão na zona urbana. Precisamos tentar tratar um pouco mais com justiça essa população, dar diretrizes setoriais. Tivemos contribuições principalmente na área de educação, na área de segurança e nós incorporamos, inclusive, o próprio Ministério Público solicitou alguns ajustes do Plano Diretor em relação à questão da segurança, de tratativas, de políticas, de cultura de paz e nós incorporamos nessa minuta. Dentro da questão do controle nós temos previsto o sistema municipal de informação do geoprocessamento, monitoramento do Plano e as disposições transitórias entre esse Plano Diretor e a nova lei de zoneamento, porque tem situações jurídicas que a gente tem que equacionar até que o novo zoneamento incorpore a dinâmica da cidade. Então basicamente a estrutura é esta, esse Plano vai estar amanhã, esse projeto de lei estará amanhã na mídia e nós trouxemos CDs aqui para os representantes... Vou pedir para a Tamires entregar para cada um... E ele fez esses ajustes daquilo que nós entendemos que era técnico, justificável, dentro da proposta que foi apresentada na audiência pública... Aqui nós temos 20 (vinte) CDs, então eu vou centrar nesse primeiro momento, nos titulares ou suplentes que estão representando as entidades envolvidas aqui. Já para os funcionários da Prefeitura não vamos entregar, pois temos acesso interno. Obrigado. **MARCELO MANARA:** Lembrando a todos que em abril deste ano, o Conselho Gestor do Plano Diretor, definiu esse calendário de ações e iniciativas para a condução do processo de discussão, então nós realizamos as audiências públicas e, essas incorporações de contribuições que foram coletadas tanto nas audiências como nos cinco dias em sequência, marcam a minuta consolidada, o projeto de lei consolidado e estamos aqui no momento da reunião do Conselho Gestor conforme tínhamos acordado em abril. Eu vou abrir a palavra aos conselheiros, eu vi que tem conselheiros que decidiram por não registrar presença, então só para atendimento ao Regimento, nós vamos abrir a voz aos Conselheiros que queiram fazer o uso da palavra, aqueles que estão registrados, que oficializaram a sua presença e aos demais depois de esgotadas as contribuições dos conselheiros, quando abriremos a palavra para os convidados. Alguém quer fazer uso da palavra? Lembrando que nós estamos discutindo a consolidação do processo discussão das audiências públicas e definição, em atendimento ao calendário definido na reunião de abril de 2018. Primeiro Gabriel e depois o Lincoln. **GABRIEL ALVES:** Boa noite a todas e a todos, sou o Gabriel, sou representante do segmento dos movimentos populares, represento o Núcleo Regional do Plano Diretor Participativo. Apenas gostaria de

registrar em ata, embora essa discussão já tenha ocorrido em outras reuniões do Conselho Gestor, com voto vencido, mas ainda discordando do processo de condução dos trabalhos do Plano Diretor, no meu entender falta audiência pública final devolutiva e, também como se discute desde quando constituiu-se o Conselho Gestor, que o esboço do Projeto de Lei antes de ser enviado à Câmara e também tinha o encaminhamento de ser aprovado numa conferência municipal das cidades, e que neste momento da conferência iria se eleger o Conselho de Cidades. Então só para registrar, o Núcleo Regional do Plano Diretor Participativo discorda de todo o processo encaminhado até agora, embora voto vencido, já que no nosso entender ainda faltam essas duas etapas neste processo, audiência pública devolutiva e também aprovação em conferência municipal da cidade. **MARCELO MANARA:** Obrigado Gabriel, Lincoln. Mais alguém? **LINCOLN DELGADO:** Secretário, antes de manifestação mesmo formal, eu queria entender um pouquinho o rito. Eu não estou entendendo o momento da reunião e no que a gente vai chegar mais para frente, entendeu? Nesse momento de fala é um momento para concordar com relação à esse rito que foi adotado ou é já para a gente poder aprofundar no que foi debatido nas últimas audiências? Eu queria entender um pouquinho essa dinâmica para poder ter uma participação efetiva. **MARCELO MANARA:** Então, esclarecendo melhor, lembrando que nas outras duas fases que antecederam os grandes chamamentos públicos foram as oficinas, então realizadas as 19 (dezenove) oficinas e preparado todo o caderno devolutivas, o Conselho Gestor se manifestou aprovando aquele rito cumprido, aquele processo e assim foi também nos 11 (onze) fóruns, ao término dos 11 (onze) fóruns. O material processado, colhido também no momento de disponibilizar no site, o Conselho de ações se manifestou, então hoje nós estamos encerrando esse terceiro ciclo de chamamento, conforme apontei ali, que são as audiências públicas. Apresentados os documentos que subsidiam isso com as contribuições recebidas conforme apontado aqui, todos terão acesso, pois serão disponibilizados no site. A manifestação será com relação ao fechamento desse ciclo, está esclarecido? Mais alguém? Miguel só um minutinho... Estou entendendo que dos conselheiros que assinaram mais ninguém quer manifestar, é isso mesmo? Neste caso, vou abrir para os convidados, pois embora Conselheiros alguns não assinaram a lista de presença, então eu estou abrindo para os convidados. **ANTÔNIO MIGUEL:** Eu não estou entendendo essa história Manara. Eu não assinei, mas depois vou assinar, não entendi a razão dessa história de você estar fazendo diferenciação de quem assinou e quem não assinou. **MARCELO MANARA: Vou** esclarecer. **ANTÔNIO MIGUEL**: Isso é uma bobagem, mas tudo bem. **MARCELO MANARA:** É que no regimento... **ANTÔNIO MIGUEL**: Eu vou falar como convidado, mas eu sou Miguel, Conselheiro representante das entidades acadêmicas. **MARCELO MANARA:** Depois eu esclareço. **ANTÔNIO MIGUEL:** Então, sobre a pergunta do Lincoln, eu não entendo porque o Conselho Gestor foi estabelecido e na verdade foi estabelecido desde seu princípio como um Conselho não deliberativo, consultivo e cuja sua principal função era acompanhar a metodologia e processo de desenvolvimento do Plano Diretor. Eu não entendi até agora o que nós estamos fazendo aqui. Eu continuo não entendendo o que nós vamos ter que aprovar ou desaprovar, nós não temos que aprovar ou desaprovar nada. Eu não entendi exatamente. O que eu entendo que a gente precisava fazer, na verdade a gente não pode fazer, que é uma avaliação. Esse do documento foi gerado e foi entregue hoje, não dá para discutir qual é a proposta de projeto de lei que na verdade deveria conter a discussão, no Conselho Gestor, se a metodologia empregada provocou as mudanças que ela deveria ter provocado. Sobre o projeto que está sendo proposto, eu não tenho como avaliar, porque eu não li esse projeto, não sei o conteúdo, então não tem o que aprovar, o que avaliar. Eu não sei qual a pauta. A informação? Ótima. Parabéns! Estamos sabendo, informou, mas eu não tenho que votar, não tenho o que manifestar, não entendi. **MARCELO MANARA:** Só esclarecendo ao Miguel, primeiro à questão da assinatura, é que no regimento a palavra aberta é tão somente aos conselheiros. Os conselheiros que estão presentes assinam para constar em Ata como conselheiros. Então depois você assina, não há problema nenhum. A palavra vai ser franqueada e não tem problema nenhum. O segundo é como você mesmo considerou, o Conselho Gestor do Plano Diretor analisa o rito, o processo, você citou a metodologia de como abordar, de como ter essa interlocução com a sociedade e o processo de condução do Plano Diretor, então tal como nós fizemos os outros dois momentos, isso daqui nós não estamos inovando em nada dentro do

Rua José de Alencar, 123 - 6º andar - Vila Santa Luzia - São José dos Campos - SP - Brasil - CEP:12.209-904
Tel.: 55 (12) 3947-8128 - e-mail: seurbs@sjc.sp.gov.br

caminhar do Conselho Gestor do Plano Diretor, nós estamos repetindo pela terceira vez uma manifestação que nós já fizemos as outras duas vezes, que foi o resultado final das oficinas, a disponibilização, porque lembrando o Conselho Gestor, embora todos os conselheiros atuem nas suas instituições,tenham atuado em todos esses momentos de discussões públicas e está acima de tudo, como cidadão e participe dessa discussão e aí sim numa abordagem continuísta todas essas contribuições, inclusive das entidades que vocês representam, foram registradas aqui, já foram respondidas, enfim, os ofícios e tudo mais, a questão aqui do Conselho Gestor é a análise do processo. Então, pela terceira vez nós estaremos abordando aqui a realização das audiências públicas e o caminhar, o passo fechado daquilo que foi realizado para não ficar em aberto, porque o atendimento e a obediência ao calendário foram realizados. Agora a Ângela e depois a Maria Rita. **ÂNGELA SILVA:** Boa noite a todos e a todas. Meu nome é Ângela, representante dos Movimentos Populares nesse Conselho Gestor, que hoje às "cinco" do Manara, não posso falar como conselheira, mas eu sou conselheira, me elegeram para tanto, então sou conselheira e vou falar e, que isso conste em ata, já que fomos tolidos de falar enquanto conselheiros, para depois falar junto com a sociedade civil, não que seja ruim, ainda bem, pois é o lugar que a gente tem que estar. Não assinei a lista porque eu não concordo com essa proposta, estou falando isso em todas as últimas reuniões, portanto acho nada mais justo do que eu não assinar uma coisa que não concordo. O que vai ser votado, o que vai passar aqui hoje, não é o que a gente pensa que é o correto, não está correto. Então, eu quero ler um documento que produzido pelo fórum popular, do qual eu também faço parte. Quero deixar registrado em ata e após protocolar. Este documento foi elaborado pelo Fórum Popular do Plano Diretor de São José dos Campos, com o apoio jurídico da Defensoria Pública do Estado de São Paulo e da Assessoria Técnica de Planejamento Urbano e por professores universitários e pesquisadores, bem como o ciclo ativista, ambientalistas, coletivos, representantes dos movimentos populares e, lideranças comunitárias de São José dos Campos. O objetivo é que contemple as principais demandas dos movimentos populares naquilo que é fundamental, a garantia de efetiva participação social nas decisões finais do processo de elaboração do projeto de lei do Plano Diretor e garantia do direito à cidade e à moradia digna; considerando que o Estatuto da Cidade, lei federal, consagra o Plano Diretor participativo como principal instrumento de planejamento urbano que deve contemplar e consagrar a cidade como direito de todos e todas, de todos os cidadãos e cidadãs; considerando que as resoluções do "Conselho Nacional da Cidade" estabelecem indicativos claros de Participação popular, especialmente nos processos decisórios e posteriormente no controle social do planejamento; considerando que após inúmeras participações, propostas protocoladas, manifestações públicas em Fóruns e Audiências, as principais propostas do Fórum Popular não foram contempladas na minuta do projeto de lei do Plano Diretor de São José dos Campos; considerando que o Conselho Gestor é apenas um órgão consultivo do executivo quanto à formalização de metodologias que garantam a elaboração do Plano, a democratização do processo de forma participativa e que, portanto, não tem prerrogativa para decidir se há ou não instância deliberativa para decidir sobre os destinos da cidade. Exigimos a imediata paralisação do processo de encaminhamento à Câmara Municipal do projeto de lei do Plano Diretor, a imediata convocação do Conselho da Cidade como instância deliberativa, com eleição de delegados por segmentos e regiões da cidade com proporcionalidade de habitantes, conforme estabelece à resolução 25, Conselho Nacional das Cidades, a imediata paralisação de qualquer ação interventiva do Poder Público Municipal contra qualquer assentamento ou comunidade antes de se decidir sobre o Plano Diretor. Fórum Popular do Plano Diretor de São José dos Campos, 17 de outubro 2018. Quero protocolar com o Manara. **MARCELO MANARA:** Ok, Ângela. **MARIA RITA:** Boa noite a todos. Sou Maria Rita, representante do CREA. Estou ouvindo o que as pessoas estão falando e assim, nós do setor da construção civil, não só o CREA, ACONVAP, SINDUSCON, não temos o que votar hoje, porque nós também, como vocês, acabamos de receber um CD e nós não sabemos o que está gravado neste CD. Então hoje não tem como votar. Ainda não entendi direito o que nós vamos votar e, eu acho que hoje é uma reunião que nem deveria ter votação, acredito sim que a gente teve um processo democrático até hoje para a formação do Plano Diretor, não tenho formação profissional para avaliar como se deu a participação, por exemplo, no âmbito de movimentos populares, eu vi muita gente participando, mas

profissionalmente não tenho como avaliar, como o Miguel colocou, se essa participação resultou em alguma coisa. Não tenho como avaliar, porque não sou profissional da área, mas o setor da construção civil, acha que nunca teve uma discussão tão grande, nós passamos três anos discutindo, brigando e ainda discordamos de várias coisas que estão no Plano Diretor, não concordamos e nós colocamos isso em documentos, colocamos isso no fórum, colocamos isso nas audiências públicas, então colocamos publicamente as nossas divergências e o que nos foi nos entregue hoje nós também precisamos de um tempo para ler e ver o que concordamos ou não. **MARCELO MANARA:** Antes de passar para o Walter, eu faço questão de repudiar a expressão "jocosa" no meu entendimento, que a minha condução dos "cinco", utilizada pela conselheira Ângela Silva... Então eu quero registrar aqui que eu repudio veementemente, porque eu não, em hipótese alguma, isso veste no meu caráter e isso veste a minha conduta e, isso é uma afronta a minha trajetória... Eu não vou abrir palavra, não vou debater isso com você Ângela, eu só estou registrando, assim como você pôde registrar sem problema nenhum e aproveite também para registrar que eu recebi o documento lido pela conselheira Ângela Silva. Walter da AEA. **WALTER BRANT:** Walter Brant, arquiteto, representante da Associação de Engenheiros e Arquitetos São José dos Campos. Bem Manara, parabenizo em nome da Associação todo o processo democrático. Durante o processo o que nós pedimos, nossas contribuições não foram totalmente atendidas, assim como de ninguém, mas como apresentado já no CMDU de manhã e aqui também, 30% das reivindicações foram aprovadas, então é isso. O processo é assim mesmo e a gente tem que entender dessa maneira. Todos aqui, por voto democrático, aceitaram esse calendário e que foi cumprido por vocês, então, parabéns pela condução. Obrigado e boa noite. **MARCELO MANARA:** Obrigado Walter. Depois o Leonardo e Maria Lúcia. **LEONARDO MAGNO:** Boa noite a todos. Sou Leonardo Magno, membro do Instituto Lixo Zero Brasil e coordeno o Núcleo de Lixo Zero aqui em São José dos Campos. Bom, eu quero parabenizar o Secretário e toda equipe pela condução dos trabalhos ao longo desse período, enquanto sustentabilista especialista na área de resíduos sólidos, o documento contempla sim a questão dos ADS, a questão da compostagem, a questão da correta segregação, o incentivo econômico ambiental para as questões dos resíduos sólidos e eu acho que é de fundamental importância. Conte sempre com esse movimento, com a juventude Lixo Zero de São José dos Campos e vamos avançando que São José precisa dar continuidade ao progresso. Obrigado secretário, **MARCELO MANARA:** Obrigado Leonardo, Urbano pato aqui na frente. **URBANO PATO:** Boa noite, primeiro queria trazer aqui depois de alguns anos o retorno, a gente conversar nesse ambiente importante que a Prefeitura de São José e a cidade de São José quando discutir as suas questões de planejamento, eu sou atualmente Diretor Executivo da Agência Metropolitana do Vale Paraíba, estamos aqui com o Dias Celso que é nosso diretor, que representa a entidade aqui no Conselho, mas eu queria rever algumas situações tão importantes porque o que sai de São José de certa maneira, ele repercute nas demais cidades do Vale do Paraíba e serve como serviu em outros lugares que a gente trabalhou como alguma coisa de diretrizes para a gente encarar as novas etapas que temos que fazer tanto para o Plano Regional quanto os planos diretores dos Municípios. Eu queria ressaltar duas coisas importantes, esse plano, pela explanação, somente pelo que o Oswaldo colocou, ele mantém muito do que já era anteriormente e reforça algumas tendências que a gente trabalhou também naquela época, aqui na Prefeitura na parte Ambiental do Plano Diretor em vigor e a manutenção do sistema de parque e sistemas da preservação das margens dos rios, que é uma coisa que São José inovou e está consolidado e ampliando-se nessa proposta de Plano. Outra coisa é uma coisa que vai sempre poder ser forçado bastante enquanto tendência urbanística nova importante, que a questão da cidade compacta, não é uma coisa que está relativamente nova, presente no mundo, mas novas ainda situações aqui no Brasil e que está agora sendo incorporados nos nossos desenvolvimentos, que são muito importantes e isso implica também numa visão anterior que já foi naquele plano de 10 (dez) anos atrás, a restrição do até do perímetro urbano que nós fizemos para zona norte aquela vez, então continua esse princípio, é um princípio importante para a gente incorporal desenvolvimento das nossas cidades geral e da nossa região, reforçamos a questão da centralidade e da cidade compacta. Então eu trago aqui para nós essa rememoração que a gente tem dos processos de planejamento de São José, que eu acho importantes como exemplo e como diretriz para demais da região

e também congratular com essa visão de que está aprofundando avanços anteriores e que continua na mesma vertente e mais outra coisa que foi, talvez, um problema que aconteceu daquele Plano anterior que tinha uma versão praticamente preparada anteriormente que era da lei do zoneamento, que ia completar o processo de discussão do Plano Diretor que acabou não acontecendo e acontecendo defasadamente no tempo e à medida que coloca esse capítulo novo que traça as diretrizes principais para a questão do parcelamento do solo e ele tende a melhorar essa coisa, porque ficou realmente é uma coisa que se sentiu, já estávamos fora na prefeitura, mas que aconteceu na cidade que criou um vácuo entre o plano diretor a lei de zoneamento de parcelamento, acho que superar essa não deixar acontecer novamente esse ato é muito, muito importante, muito obrigado. **MARCELO MANARA:** Obrigado Pato, Lincoln depois o Paulo. **LINCOLN DELGADO:** Já que a gente está entrando um pouco na essência do que foi feito do Plano Diretor, me permita colocar o seguinte, eu participei dessas últimas audiências assim como todas as outras e dá para sintetizar grande parte dos contrários ainda à questão do Plano Diretor, e aí posso dizer que os movimentos sociais, por exemplo, 70% da energia é com relação a regularização fundiária, primeiro seguinte, o texto do Plano Diretor fala, não só fala como lamina, inclusive os núcleos que deverão de alguma maneira terem a regularização fundiária, mas mesmo que o Plano Diretor não tivesse colocado não dá para ignorar que existe uma lei federal que é a 13.465, que faz com que haja um instrumento para regularizar, o instrumento até que facilitou muito a regularização, que independente Plano Diretor vou citar, por exemplo, município de Monteiro Lobato que sequer tem uma lei de zoneamento, está promovendo regularização fundiária, Jacareí está discutindo ainda seu Plano Diretor, tem feito isso Caraguatatuba da mesma forma, outros municípios. Então o que eu quero dizer disso tudo é que o seguinte, discordo de algumas coisas do Plano Diretor, fiz isso expressamente também, vai sair dessa forma, assim como a Maria Rita disse que também não concorda, assim como a Ângela está colocando que não concorda, mas este é o espírito da democracia, afinal de contas também te, o seguinte, esse é um plano do executivo, posso não ter votado no Felício, mas ele é o prefeito de São José dos Campos, por exemplo, eu posso não ter votado num vereador x, mas é o vereador que vai voltar daqui a pouco a lei também, isso é o espírito democrático, agora se o que eu quero não está e portanto não concordo com esse instrumento, me desculpa, mas isso é um tom ditatorial, que não cabe hoje né e a gente está vivendo um momento mesmo de azul e vermelho, ou ser amarela ou verde, uma polarização incrível, eu estou colocando isso pelo seguinte, principais reivindicações dos movimentos sociais, e isso estou falando como advogado, fiz uma questão de analisar como lei o Plano Diretor, ele está contemplado em gênero, número e grau, então de duas uma, ou a pessoa não entendeu o que leu ou a pessoa não quer entender o que leu, que também é uma posição que eu acho que essa talvez seja a posição de uma boa parte, eu li mas não quero entender isso aqui, porque isso aqui é um instrumento que foi feito de um jeito que eu não concordo e portanto não vou legitimar, e da mesma forma tem gente que vem e diz que não veio, então que eu quero dizer o seguinte, não quero polemizar Secretário, eu quero dizer o seguinte, na essência o Plano Diretor ele está maduro, mesmo que eu não tenha lido aqui as últimas palavras do CD que eu acho que podem ter colocado alguma coisa que caiba aqui uma manifestação, mas na sua essência em todas as participações que eu tive nas audiências, todas as reivindicações feitas de quem ainda não concorda com o Plano Diretor, estão lá contempladas e mesmo que não tivesse a lei específica é para isso, então assim, mais do que isso, é fazer um barulho, que é legítimo da democracia e, nesse momento político que a gente está vivendo, mais exercitado ainda está esse espírito. É minha palavra Secretário e, portanto, dê seguimento, por favor. **MARCELO MANARA**: Bom, agora o Paulo Guimarães, depois a Maria Lúcia e nós temos aqui 02 (Dois), 04 (Quatro), 06 (Seis), 7 (Sete) inscritos, nós vamos recepcionar aqui mais 02 (Dois) inscritos, já apareceu uma ali, e aí nós encerramos essa fala que já teve 18 (Dezoito),Fátima e a Maria Rita, questão de ordem? Questão de ordem ali... Miguel. **ANTÔNIO MIGUEL:** Essa fala do Lincoln... Não cabe ao Conselho Gestor discutir conteúdo do Plano Diretor, nós não estamos aqui para discutir conteúdo do Plano Diretor, ponto. Até porque nós não temos acesso a ele e ainda que tivéssemos não seria o local, nem a pauta para fazê-lo. Então, não tem verde, vermelho, não tem nada disso, papo furado, bobagem. O que nós temos que discutir aqui é que eu não entendi até agora. É sobre o que nós fomos fazer? É sobre o que nós vamos

fazer no Conselho Gestor. E por vários momentos, o que temos discutido aqui é a metodologia que nós aplicamos ao processo de revisão do Plano Diretor, as divergências que apareceram são relativas à metodologia. Então o que existe agora no momento é o seguinte, seguimos as datas? Seguimos. O que aconteceu aqui foi o que o movimento social, o que a Ângela levantou, o Gabriel levantou o ponto que é: "nós achamos que, ou seja, os movimentos sociais que estão representados no conselho", ponto final. **MARCELO MANARA:** Tudo bem. Desculpe. **ANTÔNIO MIGUEL:** Questão de ordem. Estou colocando a questão de ordem, Manara. Ela tem que ser explicada. Sobre não dar para discutir conteúdo, a discussão é a seguinte, há uma proposta dizendo: "não dá para aceitar as audiências públicas e esse processo finalizando, o processo de construção do Plano Diretor. É preciso que tenha uma convocação da Assembleia da cidade, isso é metodológica e é processual. Esse é o ponto a discutir. Se entrou ou não entrou, se o Plano Diretor foi ou não foi, não é o ponto aqui agora. Se é que é isso que você queria com essa reunião, porque até agora eu não sei exatamente qual é o motivo da reunião. **MARCELO MANARA:** Embora eu já tenha explicado... **ANTÔNIO MIGUEL:** Embora você já tenha explicado, eu não entendi. **MARCELO MANARA:** Mas depois eu vou explicar novamente. Eu vou retornar... Paulo Guimarães. **ANTÔNIO MIGUEL:** É questão de ordem, não dá para falar de conteúdo, se for para falar de conteúdo estou propondo que não se discuta mais. **MARCELO MANARA:** Mas aí você está pautando a fala de todos os conselheiros, aqui a palavra é franqueada aos conselheiros, desculpa amigão. Você está querendo pautar os conselheiros e conselheiros podem ter suas manifestações, suas contribuições, que são legítimas e aquelas que são pertinentes ao processo de análise do calendário e daquilo que nós vamos deliberar, ótimo! E aquele que quer externar a sua participação, aquilo que viu da trajetória do conteúdo Plano Diretor, que o faça! Eu acho que não é uma questão de ordem e desculpa, não é cabível que nós fiquemos aqui pautando a fala: "É proibido falar isso, é proibido falar aquilo". **ANTÔNIO MIGUEL:** Manara não é essa a questão. **MARCELO MANARA:** Mas tudo bem, depois a gente vai esclarecer como vamos conduzir. Por favor, é a fala do Paulo Guimarães, por favor. Não, não, mas depois eu justifico. Quando a Ângela quis debater também... **ANTÔNIO MIGUEL:** Eu não quero abrir um debate. **MARCELO MANARA:** Está ótimo. Por favor, Paulo. **PAULO GUIMARÃES:** Paulo Guimarães, representante da Secretaria de Mobilidade Urbana. Manara, queria esclarecer que é o segundo Plano Diretor que trabalho na elaboração, já estou há 21 (vinte e um) anos na Prefeitura. E do que eu me lembre, do que eu participei do passado para esse, eu tenho a mais absoluta certeza que foi o processo mais democrático daquilo que eu tenho conhecimento de participação de outros Planos Diretores. Trabalhei muito com o Plano Diretor atual por conta do desenvolvimento das políticas públicas na área de Mobilidade Urbana e tenho certeza que a proposta que está sendo encaminhada e revestida do que há de mais moderno, mais atual inclusive, e direciona o desenvolvimento da cidade para aquilo que é a cidade que nós cidadãos Joseenses queremos e precisamos. Então, eu acredito e afirmo que foi o processo mais amplamente discutido e democrático de todos os tempos e que eu tenho conhecimento. Então, inclusive, parabenizo o esforço de toda a equipe da Prefeitura, porque tanto os conselheiros, as Câmaras Técnicas do Conselho Gestor, se esforçaram bastante, doaram muito do seu tempo, os técnicos da Prefeitura se esforçaram bastante. Houve um debate é muito significativo interno entre as secretarias, para a gente poder chegar numa proposta de comum acordo que teve pontos inclusive internamente de divergência entre os técnicos da prefeitura, mas que a gente entende que o processo foi amplamente debatido. E dessa forma, eu também repudio a colocação que a conselheira Ângela fez sobre a sua pessoa e a sua condução. Por que eu acho que não cabível de forma nenhuma o termo como "cinco" dentro desse processo dessa condução. Assim como fico muito entristecido da oportunidade que a gente tem de debater, de contribuir, de ter uma posição privilegiada como conselheiro e mesmo assim se recusar a assinar uma lista de presença. Isso para mim parece que é como tocar campainha e sair correndo, então eu fico muito entristecido das pessoas terem a oportunidade de participar, de colocar o seu nome, de colocar ponto controverso da sua divergência, e não usam dessa prerrogativa. **MARCELO MANARA:** Obrigado Paulo, antes de passar a palavra para Maria Lúcia, eu quero. **ÂNGELA SILVA:** Da licença, eu quero falar. **MARCELO MANARA:** Não, não é debate de réplica e tréplica. **ÂNGELA SILVA:** Eu quero falar. **MARCELO MANARA:** Ângela. Desculpa. Desculpa. **ÂNGELA:** Eu quero falar.

Rua José de Alencar, 123 - 6º andar - Vila Santa Luzia - São José dos Campos - SP - Brasil - CEP:12.209-904
Tel.: 55 (12) 3947-8128 - e-mail: seurbs@sjc.sp.gov.br

MARCELO MANARA: Eu vou esclarecer um ponto, nós estamos aqui... **ÂNGELA SILVA:** Todos esclarecem. **MARCELO MANARA:** Não. Não estou deixando ninguém esclarecer em réplica. **MARCELO MANARA:** Essa é a trigésima sétima reunião do Conselho Gestor contando a plenária e Câmaras Técnicas. Em todas nós tivermos serenidade para ouvir, sermos ouvidos. Isso é a essência do que se chama respeito. Então, quando eu intercedo na condução da mesa para que não se tenha debate de réplicas e tréplicas, é para que nós mantenhamos essa serenidade. Eu tenho certeza, já que eu que comecei com uma manifestação de repúdio. Eu tenho certeza porque eu tenho uma admiração muito grande pela conselheira Ângela, tenho certeza que em essência ela não pensa isso da minha pessoa, mas como nós estamos aqui registrando e fica registrado em ata, eu estou marcando esse ponto, mas não é para abrir debate. Não é e gostaria na condução da mesa de solicitar com muito carinho para que todos pudessem analisar dessa forma. Porque se não, nós vamos perder um tempo aqui entre aquilo que um falou que outro falou, e risca aqui quem não atravessa lá, sua mãe não é homem, aquele negócio que não leva a nada. E a outra coisa que eu gostaria de salientar é que em todas essas reuniões, embora tivéssemos todos os conselheiros assinando tudo, a mesa garante o direito de quem quiser participar e não ter assinado. Pronto, não assina, não tem problema. Eu só fiz questão também de registrar que parte daqueles que são conselheiros, estão conselheiros, conselheiros são e o fato de não assinar não desconstitui como conselheiro, somente aplicando, tão somente aplicando o regimento que todos conhecem, a fala é prioritária aos conselheiros e depois aos convidados. Tão somente isso. Não foi nenhuma tentativa de desqualificação deste ou daquele. Eu concordo com o direito de quem quer que seja participar de uma reunião, assinando a lista de presença ou não. Só que, ao fazer isso está submetido às regras, certo? E é isso que eu estou tentando zelar aqui, pelas regras. **ÂNGELA SILVA:** Mas o que faltou foi essa falta de sensibilidade de você esperar o momento, porque eu poderia decidir assinar no final. **MARCELO MANARA:** Não tem problema, não tem problema. **ÂNGELA SILVA:** Você sempre falava "olha, não esquece de olhar a lista".... **MARCELO MANARA:** Isso. **ÂNGELASILVA:** Nada a ver. **MARCELO MANARA:** Está bom. **ÂNGELA SILVA:** Quer dizer que você vem, taxa uma regra que nunca colocou e a gente tem que seguir essa regra? **MARCELO MANARA:** Não, não. Desculpa **MARCELO MANARA:** Desculpa. Não é isso, não é **ÂNGELA SILVA:** Essa sensibilidade faltou... **MARCELO MANARA:** Está bom, Ângela. Tudo bem. Então eu assumo que eu não tive essa sensibilidade. **ÂNGELA SILVA:** Agora, eu não tenho direito de assinar depois? **MARCELO MANARA** Pode assinar depois, pode não assinar, não tem problema, está bom? Está bom. Então está bom. Eu assumo aqui então o seguinte, eu não tive a sensibilidade de aguardar até o fim da reunião para saber quem vai assinar ou não, mas não tem problema. Vamos lá, Maria Lúcia, depois Rogério Paiva. **MARIA LÚCIA:** Boa noite a todos. A semana passada, encaminhamos à Secretaria de Planejamento Urbano um ofício coletivo, solicitando que fossem reabertas as reuniões do Conselho Gestor e do COMAM para poder ser discutidas algumas questões do Plano Diretor. Como nós não recebemos resposta desse Ofício, soubemos através do e-mail que a pauta dessa reunião pretenderia finalizar um processo. Então em virtude dessa situação, o Movimento Defende São José, se reuniu na segunda-feira, às 14 (quatorze) horas para escrever o manifesto que eu vou ler aqui nesse momento: "O Estatuto das Cidades prevê a participação da população em todas as fases do processo de revisão de um Plano Diretor, não só nas consultas, mas principalmente na construção das propostas. Não há o que se falar da falta de consultas e Participação Popular, houve muita Participação Popular. Mas, para que serve ouvir a população se não for para atendê-la? O projeto de lei que ora se apresenta, negou esse direito à sociedade como um todo. Aos integrantes do Conselho Gestor, o que foi imposto à restrição de somente opinar na metodologia das consultas públicas. Tolhendo-lhe o direito de acompanhar e participar da construção das propostas. Hoje o projeto de lei a ser enviado à Câmara Municipal, pouco difere da proposta inicial e as alterações efetuadas nem foram justificadas. Sua elaboração ocorreu entre quatro paredes pela Prefeitura, isso mesmo. Após os inúmeros pedidos de correção e ajustes terem sidos apresentados nos fóruns de consulta e pelas entidades constituídas. O projeto trata de forma superficial temas importantes como saúde, educação, segurança pública, sem estabelecer metas e usando verbos que tiram do Poder Público qualquer responsabilidade sobre o resultado da proposta. Assim temos de incentivar ao invés de fazer, promover invés de criar, e por

aí vai. Não ocorreu uma revisão do Plano Diretor existente, mas sim a elaboração de um novo Plano, com formato totalmente diferente daquele em vigor, com isso a Prefeitura Municipal se esquivou de justificar todas as alterações que foram feitas em relação ao Plano Diretor de 2006. A proposta agora apresentada, não é um Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, apenas um Plano de Ordenamento Territorial que expressa a vontade de uma minoria interessada na elaboração de diretrizes que subsidiarão a nova lei de zoneamento. Não há propostas efetivas para incentivo dos setores industriais e comerciais que são setores mais prejudicados pela crise e que mais podem gerar empregos na cidade. A generalidade contida no plano em nada contribuirá com o desenvolvimento econômico social, deixando o setor empresarial refém da vontade de alguns. Outras alternativas de mobilidade e transporte público, mais uma vez foram marginalizados, em um plano dando total e amplo incentivo ao transporte individual, indo na contramão do que faz hoje os países desenvolvidos. Apesar das mudanças climáticas serem uma preocupação Mundial, não vimos nem estudos e nem metas de mitigação dos seus efeitos planejados para os próximos 10 (dez) anos. A tão propalada sustentabilidade, efetivamente não aparece na proposta, e o esgotamento da área do Lixão Municipal, qual será a solução para os próximos 10 (dez) anos? Poderíamos ficar aqui horas pontuando o que falta, o que está errado, não faremos agora, pois fizemos isso inutilmente ao longo do processo. O envio do projeto de lei para a Câmara Municipal tal como se apresenta e pretende a Prefeitura, é entendido por nós do movimento Defende São José como uma ruptura entre o Poder Público e a sociedade. Motivados por essa ruptura, o Movimento Defende São José e as Associações relacionadas abaixo se retiram do Conselho Gestor. Finalizando, solicitamos que nossa manifestação ao invés de transcrita, seja anexada à ata desta reunião que sendo divulgada no site do Plano Diretor dará oportunidade à sociedade Joseense de tomar conhecimento não só do desligamento do Movimento Defenda São José e outras Associações solidárias, mas principalmente o que motivou esse desligamento. Assinou o documento o Movimento Defende São José e Associação Amigos do Bairro Esplanada e Adjacências, que nesse momento se desligam do Conselho Gestor do Plano Diretor. **MARCELO MANARA:** Agora Rogério Paiva. **ROGERIO PAIVA:** Boa noite a todos. Antes de mais nada, queria lembrar que hoje tem uma decisão importante, Corinthians e Cruzeiro. Porque que eu coloco isso? É até engraçado... Eu sou corintiano, quero Corinthians ganhe, mas vamos dizer que o Corinthians não ganhe, eu vou brigar no tapetão? Então, eu acho que o muito que está sendo colocado aqui durante o processo. Nós reunimos aqui o plano gestor, foi constituído legalmente. Nós fizemos a metodologia, discutindo prazo com cronograma, dentro desse grupo o que seriam as audiências, teria de ter conferência da cidade ou não, ou seja. Definimos um Horizonte e dentro desse Horizonte ele foi acontecendo longo dos tempos, também como membro do Conselho gestor, não só membro, eu participei de todos os momentos das audiências das reuniões desde o início para poder pegar o que a população queria nas primeiras audiências, na região centro, norte, na zona rural. Em todos os momentos, nos 03 (três) lugares eu participei e da zona oeste também. Então que, que eu vi e posso dizer: constatei que a população participou, teve tempo, abertura de espaço para eles se manifestarem em todos os momentos. E outra coisa que foi colocada aqui na reunião, "Ah, a minha reivindicação não foi atendida". O que é isso?! Então não é uma democracia, é ditatorial. Eu quero, não consegui, então não vale nada. Então que democracia é essa? Que participação é essa? Nós somos plural e por sermos plural tem que ter a maioria e, lembrando, o Conselho aqui é só consultivo, com relação à estrutura da discussão, a metodologia discussão do plano diretor. Então, Manara quando você colocou, não sei se eu entendi, o meu entendimento em relação a sua colocação foi a seguinte, seria a seguinte: eu, prefeitura que executa a proposta do plano gestor né, do Conselho gestor. Eu cumpri tudo aquilo que foi estabelecido, cheguei aqui, terminei. Aí dou por encerrada a minha missão como executivo que executa a proposta aquele foi elaborado pelo conselho gestor, ponto, finalizou. A projetor está satisfeito? Estou, só não é com o conteúdo. Estou satisfeito porque encerramos essa fase, qual a próxima fase? É Câmara Municipal. É lá que vai definir, vai o que? Aprovar. A prefeitura também não tá aprovando nada. O executivo não aprova nada. É uma proposta que vai para câmara, ele é [...] invente uma proposta de nome já diz: proposta. É lá que isso vai aprovar. Então, é ou não né, tem esse detalhe. Então, que eu quero colocar o seguinte: Como membro do Conselho gestor que participei de todos os eventos, todos os momentos, foi positivo a

Rua José de Alencar, 123 - 6º andar - Vila Santa Luzia - São José dos Campos - SP - Brasil - CEP:12.209-904
Tel.: 55 (12) 3947-8128 - e-mail: seurbs@sjc.sp.gov.br

participação da comunidade, foi positiva, o resultado, o conteúdo, parte dele é [...] nós contribuímos com sugestões, foi acatado pela prefeitura. E também, tem partes que eu propus e não foi acatado. Não é por causa disso que vou chegar aqui e vou rasgar minha participação e tudo mais, eu sou gente, eu participei estive aqui. Então, eu creio que a missão como membro do Conselho gestor foi cumprido pela [...] pelo executivo, e da nossa parte, pelo menos da minha parte, essa etapa está encerrada. **MARCELO MANARA:** Antes de passar ao Gabriel, eu vou aproveitar aqui o calendário para reforçar, talvez esclareça mais ao Miguel. Concluído os 02 (dois), os 11 (onze) fóruns, Conselho Gestor se reúne, vamos voltar ainda aqui atrás. Dia 6 de dezembro de 2017, Conselho Gestor se reúne e aprova a trajetória do [...] das oficinas, 19 (dezenove) oficinas e o acervo de documentos aprovando para disponibilizar para todo cidadão Joseense no site. Conselho Gestor falou: "foram realizadas, e os documentos podem ser disponibilizados e todo mundo tem acesso a isso". Aqui, Conselho Gestor, realização do outro grande chamamento, 11 (onze) fóruns regionais, conselho gestor fala: "essa etapa finalizada os documentos e serão disponibilizados para a população através do site". Estamos exatamente nesse mesmíssimo movimento pela terceira vez. Nós realizamos audiências públicas 05 (cinco) dias depois, documentos foram protocolados e aí é essa, já trabalhando em cima da minuta de lei ou projeto de lei consolidado, e os documentos que sustentam a realização das 08 (oito) audiências públicas, seja o caderno devolutivas e todo e tudo que já sentado aqui, conselho gestor vai deliberar sobre: cumpriu esse caminhar, cumpriu o rito, cumpriu o processo, tem que deliberar para aprovação desse processo. Então, como todos aqui estão muito bem cientes e repetidos, de forma esclarecedora por vários conselheiros, conselho gestor do plano diretor, ele opina, ele abrange o caminhar, a metodologia, o rito, o processo, né. Então é isso que nós precisamos a cada etapa vencida, finalizar, fechar, por quê? Para não ficar em aberto dentro da manifestação. E é isso que vai ser daqui a pouco colocado em apreciação para todos os conselheiros. Agora, Gabriel. **GABRIEL ALVES:** Gabriel, representante do Núcleo do Plano Diretor participativo, dos movimentos populares. Primeira coisa, fazendo uma analogia que o Rogério Paiva colocou ali sobre o clássico do Corinthians e Cruzeiro. Obviamente, chegando numa final, tem todos os recursos, tem até lá, o VAR agora né, para poder decidir se tem algum lance em dúvida. Mas não há óbice nenhum, se por acaso foi constatado que um jogador posteriormente estava sobre "dopping" ou se ele estava sobre regular, que você não pode recorrer às instâncias corretas para impugnar o resultado disso. Então, é justamente isso que hoje a gente se acredita, embora esteja vendo uma grande tensão, estão vendo o estado democrático de direito né, e a democracia participativa foi conquista do Movimento Nacional pela Reforma Urbana... O artigo na Constituição, como também o Estatuto da Cidade. Agora, esse princípio da democracia participativa, no meu entender, e não falo para todos, por todos os movimentos sociais, eu falo pela entidade que compõe os movimentos sociais. Porque os movimentos sociais ninguém se pode se auto delegar representante total dos movimentos sociais, que é muito diverso. E nessa questão de princípio da democracia participativa, que a gente vem a todas às reuniões alertar que há vícios no processo. Há divergência nisso, há vícios no processo. Esse é o meu entendimento. Esse é o entendimento que a gente vem discutir e gostaria de estar consignado. O projeto da Prefeitura, o projeto apresentado, elaborado e revisado, mesmo tendo cumpridas algumas pequenas formalidades, não no total, para aparentar um processo democrático, ela não cumpriu. Há vícios. Primeiro: a proposta técnica é da Prefeitura, ela não é do conjunto da sociedade. O processo de discussão, de elaboração, discussão e aprovação de encerramento do plano diretor, segundo reza o Estatuto da Cidade, segundo reza a Resolução 25 e outras demais normas, inclusive na lei de Regularização Fundiária, que tem sim que se sujeitar às orientações das diretrizes no que couber as diretrizes do plano diretor. Agora, eu não decidi, eu não participei da decisão que de que o princípio da cidade não deve ser mais pelo espraiamento. É pelo adensamento com centralidade estimular a verticalização. Essa não é uma discussão que foi posta, essa não foi uma discussão. Nós não tivemos acesso ao plano de macrodrenagem. Plano de macrodrenagem, inclusive que é um documento essencial. Nós não tivemos um acesso ao inventário ambiental, nós não tivermos vários documentos técnicos. A proposta técnica não foi discutida no processo de elaboração nem em encaminhamento. E mais, cumpriu essa formalidade hoje, da reunião do Conselho Gestor, essa proposta que foi revista, alterada com decisão. Quem disse que a proposta de determinada audiência

pública, determinada oficina, seria a acolhida ou não? Não passou nada, não passou um erro de processo. Esse processo não foi compartilhado, esse processo não foi discutido no conjunto. Os elementos básicos dos documentos técnicos não foram discutidos. Todas as variáveis são os indicadores. **MARCELO MANARA:** Se puder concluir Gabriel, por favor. **GABRIEL ALVES: E**u respeitei a palavra de todo mundo, tem gente que falou mais, tem gente que falou menos. Eu gostaria de ser interrompido. **MARCELO MANARA:** Considerando que é a segunda intervenção, justamente para possibilitar os outros que não falaram ainda. **GABRIEL ALVES:** Outras pessoas, Manara? Desculpa. Gostaria que você garantisse a minha palavra. **MARCELO MANARA:** Está garantida. **GABRIEL ALVES:** Ok. Então, até para eu concluir meu raciocínio. Se não, se me interromper, eu não consigo **MARCELO MANARA:** Foi exatamente o meu pedido. "Conclua Gabriel", é isso. **GABRIEL:** E nesse sentido, não contemplou. Gostaria de deixar isso consignado. Se tem outros segmentos de profissionais técnicos que estão falando a ideia da construção civil, não falando dos profissionais técnicos, eu, por exemplo, sou engenheiro, sou do CREA e não fui chamado lá no CREA para discutir a sobre a proposta do Plano Diretor. Então, o projeto é da Prefeitura, é do executivo e, não foi compartilhado. E os outros erros de processo? A audiência devolutiva, que eu reiterei? A questão da conferência das cidades? E mais, e aí eu venho me estadualizar com a Ângela. Porque a condução do Secretário Manara é totalmente diversa do ambientalista Manara. Ambientalista Manara, o qual teve uma participação na reunião, digo, da audiência pública convocada pelo CONSEMA representando os ambientalistas, que fez a defesa face o projeto de aprovação da Via Cambuí, não se tinha né, o plano de macrodrenagem da Via Cambuí. E que estava até condicionado ao Plano Diretor de macrodrenagem. A via Cambuí, estava com a licença de operação autorizada, condicionado à existência do próprio macrodrenagem, e só nessa condução, agora, não no outro lado né, no lado do poder público, não no lado dos movimentos sociais, tem tido um comportamento totalmente diverso. Eu mesmo aqui fui em votação que eu pedi declaração de voto e o senhor me excluiu a palavra. Então, o seu comportamento na condução, eu lamento né. Porque todo o seu passado, construído num movimento ambientalista o senhor, está negando né, na condução de um secretário de planejamento. **MARCELO MANARA:** Por favor, Gabriel, concluindo. **GABRIEL ALVES:** Então, eu venho e quero registrar que esse processo tem vários vícios, vícios no processo, vício no conteúdo, não é divergência por que contemplou uma ou outra proposta. Isso, quem faz Lobby e outras entidades. O setor, setor econômico financeiro da especulação imobiliária. Nós não nós queremos discutir a cidade, a sua funcionalidade, a função social da cidade. É isso que nós queremos: A função ambiental da cidade para todos né. Então nisso peca todo esse processo. E irá e ele a concluir, para concluir gostaria de reiterar o pedido na, que fosse disponibilizado todas as atas das reuniões, das audiências no site, que não estão todas as atas do conselho gestor. Não estão os ofícios os ofícios né, toda documentação que foi registrada durante esse processo, inclusive os documentos que levaram a equipe técnica apresentar essa proposta que te levaram as atas da reunião que levaram a decidir por que que é esse caminho de não espraiamento. Que levaram as atas da reunião [...] que levaram a decidir porque que é esse caminho de não espraiamento de verticalização **MARCELO MANARA: Ok**, Gabriel. Por favor, Gabriel... (inaudível 00:30:10) **GABRIEL ALVES:** É isso que eu gostaria. **MARCELO MANARA**: Ok, já esta registrado em Ata. Esta registrado. Vai estar gravado, será registrado em ata. É agora Rita e depois o Paulo Romano e temos ainda mais03 (três) inscritos aqui hoje o Jean Franco, Maria Rita, Fátima e a gente encerra. Fátima? Não? Não E aí a gente encerra na fala da Maria Rita. **RITA:** Bom, obrigada. Boa noite a todos aqui. É o seguinte, eu sou a Rita, eu vou falar como munícipe e como direito que eu tive de participar das audiências públicas, porém torna falar mais uma vez e que estou decepcionada porque a gente nós não fomos contemplados, ou seja, o que para vocês entra como sugestão, de nós munícipes entrou como necessidade que a gente está passando porque esta mexendo com moradias e tudo mais, porém só foi [...] o que aconteceu como eles estão falando aí, foi simplesmente colocado como sugestão e não foi contemplado no plano, foi seguido, Manara parabéns você seguiu o programa certinho do Plano Diretor, mas referente a vocês, a parte administrativa, a parte dos munícipes isso não aconteceu. Vou até que colocar uma posição aqui, o que eu estou sentindo... Está sendo como dar murro em ponta de faca, por mais que a gente esteja falando, vá para cima nas audiências, saia do trabalho cansado... Porque

eu não trabalho aqui dentro do prédio da Prefeitura, não. Eu trabalho... "Com licença, é minha vez"... Eu trabalho longe daqui, sabe Manara? Então estou tentando colocar... Sabe o que estou observando, pela minha profissão, isso é óbvio que qualquer um que tenha sua profissão, vai observar o que ela aprendeu, que ela estudou... Estou vendo que está tendo muita falta de respeito dentro dessa reunião. Eu fui convidada, por isso estou aqui. Eu não sou do Conselho, mas eu gostaria de ser respeitada como munícipe que sou. Porque daqui o que estou vendo, ou levar para fora e, o que estou vendo? Estou vendo colega rindo da situação do outro, colega rindo da colocação do outro, eu acho que não é por aí. Se fosse no meu ambiente de trabalho jamais deixaria isso acontecer,; Então me desculpe pelo desabafo, Manara! Então o que eu vou colocar, é... Eu trabalhei o dia inteiro, estou mais uma vez aqui tentando falar para você e para todos aqui que são do Conselho... Pode observar, dá uma olhadinha aqui na sala... Não é querendo causar não, mas dá uma olhadinha aqui na sala, só "os engravatados" que trabalha aqui dentro. Desculpa falar no popular, sou munícipe. Não ligo de falar que eu sou simples, pois sou a mesmo! Pode olhar aqui, quem esta aplaudindo? Quem que está concordando? Somente quem trabalha aqui dentro, que faz parte da administração, o outro ali colocou... Senhor Lincoln, do que está rindo? Olha isso aí é que eu acho que é um descaso com uma pessoa. Não é mesmo, Senhor Lincoln? Tudo bem, o Prefeito não está aqui, como você falou... Quem tem que concordar ou não, assinar ou não, é o Prefeito. Tudo bem, ele não está aqui, mas o Manara está aqui representando ele e, eu concordo com isso, só que eu digo mais uma vez... Não estamos sendo contemplados! Ai o que acontece? A gente sai do trabalho da gente, vem aqui, larga de tudo para chegar aqui e simplesmente levar uma risadinha pelas costas e ter que aceitar, engolir uma coisa que está mexendo no pessoal... Vocês não vão saber o que é isso e acredito que nunca saberão. Está mexendo com a vida. Com a vida! Está mexendo com a residência da gente, com a dignidade da gente, sabia?! É fácil falar de daquilo que eu não conheço. "Estou aqui dentro da Prefeitura e falar de quem está lá no São Mateus". Colocar essa questão aí no Plano Diretor, vão tentar ajudar sim, vão tentar ajudar, mas não está sendo contemplado de acordo que a gente colocou, de acordo com o que diz a lei. Nós não somos "entendidos" mas nós tivemos apoio, graças a Deus, de pessoas que são entendidas sim, Manara! Só que não está sendo contemplado. Torno a dizer, "estamos dando murro na ponta de faca". Eu não concordo que isso vá para a Câmera do jeito que está, está bom?! É isso que eu quero colocar. E outra coisa, com todo respeito, isso não pode ser colocado como jogo. Não pode! Foi um exemplo que ele deu, eu entendo, mas não está correto! O outro ali também deu, eu entendo! Só que não pode ser assim gente, vocês estão tratando da vida de pessoas, da dignidade de pessoas, moradias, não pode ser colocado como um simples jogo, ok? Senão nem aqui eu estaria. Eu fiz um breve resumo porque eu não aguentei ver algumas coisas acontecendo próximo a mim, me desculpa! Com esse Plano Diretor vocês estão atingindo a nossa vida, então peço que revejam! Vocês estão apresentando para a população um plano que praticamente já existia, feito alguns ajustes, porém não está observado em cima da Lei, não está ajudando, de certa forma, quem deveria ajudar, principalmente as pessoas de classe média e baixa, está mais para a classe média e alta, é isso que eu quero colocar. Desculpa eu falar na minha simplicidade que ainda não tenho estudo acima, mas é isso que eu tenho para colocar. Obrigado! **MARCELO MANARA:** Está ótimo, Rita. Faço questão de registrar o seu comportamento cidadão. A Rita participou de inúmeras audiências, fóruns, oficinas e, é muito bem-vinda, Rita! Não há do que se desculpar. O objetivo, o propósito dessa interlocução, do Conselho Gestor é conseguir colher exatamente essa ansiedade, essa expectativa, quais são os anseios da população. Só para registrar que são importantíssimas todas as manifestações e que embora por vezes nós venhamos a enxergar a cidade de outras formas ou para outros caminhos, como queiram entender... Mas vocês podem ter certeza que a equipe técnica e todos nós envolvidos aqui, temos o maior respeito por todas as considerações e reivindicações, críticas, etc. Eu só abro esses parênteses porque eu acho importantíssimo resguardar que a equipe foi muito atenta em todo o processo com relação a isso, mas por óbvio, tem "n" visões de cidade distintas e alguns assuntos são contemplados, outros não, não sei, até dentro da especificidade, da necessidade como se coloca. Mas quero deixar aqui um "parabéns" para o seu esforço, pelo seu exemplo de cidadania ao se deslocar... A Rita comparece em todas as reuniões e participa, pega o microfone e mais ainda, na grande maioria delas você leva o seu filho, seu filho teve aula de cidadania ao participar das

reuniões do Plano Diretor, a gente deveria ter muito mais "molecada" no bom sentido, participando e aprendendo, porque daqui a 10 (dez) anos eles quem estarão aqui, talvez nosso lugar, no meu com certeza, para discutir o Plano Diretor. Agora, falando Paulo Romano, depois o Gianfranco e encerramos com Maria Rita. **PAULO ROMANO:** Boa noite a todos e a todas. Eu resolvi vir a esta reunião hoje, até para lembrar a todos os presentes que essa aqui é uma reunião pública, então quantas pessoas quisessem vir aqui teriam o direito de vir e, dentro das possibilidades, fazer o uso da palavra, e como provavelmente essa é a última reunião, achei importante comparecer e fazer o primeiro registro que é o seguinte, eu acho que como estudioso, pesquisador, professor que passou muito tempo da vida se preocupando com causas que vão muito além das minhas necessidades pessoais, acho que o nosso país está mostrando claramente que apesar de tudo, nós estamos muito longe de entender o que é democracia. A nossa democracia é tão frágil, tão débil que provável que ela vai eleger um nazista que vai acabar com a democracia. A segunda coisa é que parece que há uma memória seletiva nesse Conselho, porque na instalação desse Conselho, da qual eu fiz parte, me lembro de ver mentes falas dizendo que o plano não era da administração do Carlinhos, era da cidade, aí hoje eu escuto dizer que é da Prefeitura, interessante como as coisas mudam quando certas circunstâncias mudam, então é óbvio que um Plano Diretor é da sociedade e parece que é tão pouco usual participar de um processo democrático que as pessoas acham que chamar as pessoas para falarem, falarem, falarem e ouvirem, ouvirem, ouvirem é de fato democracia, nas falas aqui, nas respostas dadas pelo Secretário e de outros que fizeram manifestação, democracia não é "alguém decidir o que põe em algum lugar" e nem todo mundo vai ficar contemplado porque é "assim mesmo". Democracia... Sabe o que é que pressupõe? Dirimir conflitos com debate e nós vivemos numa sociedade conflituosas de interesses diferentes e num debate, numa deliberação, alguém perde sim! Não existe ganha-ganha, esta sociedade é irreal, mas não é assim, você contemplou 30%, mas quem contemplou os 30%? A equipe técnica da Prefeitura? Aqui não tem essa prerrogativa, ou não deveria ter, ainda que talvez o Ministério Público da cidade acha que tenha porque não diz, porque não apareceu, inclusive nenhuma instância, nenhuma audiência pública, Ministério Público dessa cidade estava, mas talvez diga por aí que a população não tem capacidade mesmo de decidir, então a prefeitura está amplamente amparada para fazer o que quer, entender que democracia é isso, que muita gente aqui para meu espanto, achaque foi "super" democrático, agora a grande oportunidade que se perdeu foi naquele fórum lá no Parque da Cidade, quando se sai daquela sala A, B, C, estão expressas propostas conflituosas ali ter que tomar decisões e debater e decidir, aí quem que foi acatar ou não? Prefeitura. E eu só quero lembrar mais uma vez uma coisa que já foi dita aqui, este Conselho Gestor não tem, não tinha e não terá prerrogativa para decidir se a cidade discute ou não e havendo deliberação não tem nem direito de ter tomado essa decisão, porque ele é consultivo do executivo para fim de metodologia, calendário não tem nada a ver com dizer que não pode ter deliberação, eu sugeriria aos conselheiros que votaram naquela ata que você me lembrou, que escrevesse uma manifestação pública para a sociedade diz assim "Porque nós 17 (dezessete) de 700 (setecentos) mil habitantes decidimos que vocês não têm que deliberar nada sobre a cidade" é um dever desse Conselho, dar satisfação à sociedade, porque nesta sala tomou a decisão que tirou o direito da sociedade, sem ter esse direito! Então vamos parar de brincar de democracia, porque nós estamos falando de coisa muito séria, como disse aqui a Rita, só para encerrar, não é aceitável estar exatamente no processo democrático que todo mundo diz que está sem ter aprovado o Plano Diretor e a municipalidade assediar insistentemente a comunidade Nova Esperança, com assistente social assediando pessoas, com a polícia, como faz na zona norte que está cortando água, fica lá intimidando as pessoas, o Plano não acabou... Aí fala: "foi contemplado o Plano de Regularização Fundiária", as pessoas estão sendo o tempo inteiro ameaçadas. Aquele deck lá construído que ninguém sabe quem foi na comunidade do banhado é um exemplo disso, e para citar o que foi citado aqui por um conselheiro, a lei 13.465 dá todas as condições de regularizar aquela comunidade e nenhuma lei orgânica pode dizer o contrário! E só para finalizar, se a lei orgânica não permite a lei municipal não é mole, e lei Federal e lei não tem efeito retroativo, então quem mora lá há 50 (cinquenta), 60 (sessenta) anos não pode ser afetado por uma lei que veio depois, se assim não for, eu quero propor um desafio, nenhuma área de várzea pode ser ocupada, arrancaremos o Fundo do Vale dessa cidade e vamos voltar a andar de barco. Boa noite. **MARCELO**

Rua José de Alencar, 123 - 6º andar - Vila Santa Luzia - São José dos Campos - SP - Brasil - CEP:12.209-904
Tel.: 55 (12) 3947-8128 - e-mail: seurbs@sjc.sp.gov.br

MANARA: Gianfranco. **GIANFRANCO BARADEL:** Gianfranco do SINDUSCON. O SINDUSCON é o Sindicato da Indústria e da Construção Civil. Para todos os meus colegas conselheiros que aqui estão, parece que como a própria palavra diz "construção civil", às vezes a gente imagina construção civil só como aquela responsável por fazer prédios, de verticalizar a cidade, não! Construção civil é tudo, é aeroporto, porto, loteamento, escolas, delegacias, prédios, é tudo! Então quando o SINDUSCON foi convidado a participar do Conselho é claro nós viemos aqui para ver no que a cidade poderia ser construída, claro não vamos fazer aeroportos em São José, não é caso de fazer porto, mas muita coisa e como tudo no Brasil, afinal, o Brasil precisa de construção, por mais que todos aqui nos debatamos com todos os nossos colocações e com todas que eu ouvi hoje, nós somos um país de futuro, nós precisamos construir mais de tudo, mais tudo, não só rodovias, não só portos e aeroportos, mais casa, mais apartamentos, mais loteamento, mais tudo! Claro que tudo com o disciplinamento, concordo plenamente. Agora, o que o SINDUSCON então se propôs quando veio participar desse Conselho Gestor? Ele se propôs, é claro, a não discutir "mobilidade". Claro! Nós não entendemos disso, nem de Regularização Fundiária, nós não entendemos disso, respeitamos a todos que entendem disso, aqui eu ouvi bastante e vamos respeitar e acreditamos que todos esses pedidos serão aceitos, serão colocados, junto à Prefeitura nesse Plano Diretor, perfeito! Eu quero só me ater a nossa área, a construção civil! O que acontecia, Manara? A cidade estava com uma legislação muito, realmente muito restritiva para a construção civil, isso aí para um país que precisa crescer, Brasil de futuro, não cabia, não serve, não é bom, não é bom para todos que estamos aqui. Precisamos de mais casas, mais rodovias onde vai passar a mobilidade urbana, onde vai ser feita toda a regularização fundiária daqueles loteamentos que não foram, tudo bem, mas nós precisamos e eu percebi que neste Plano Diretor e eu passei isso com meus colegas construtores, houve um crescimento, a cidade percebeu que realmente havia uma restrição muito forte e havia, está havendo umas não é completa como o setor desejava e tudo bem, como nas palavras que ouvi aqui de alguns colegas a gente não pode querer tudo na vida, o meu analista me fala sempre isso, Jean Franco você não pode querer tudo na vida, eu acho que também nós do SINDUSCON não podemos querer tudo que nós queremos e almejávamos como construtores, mas um passo está dando e nesse ponto eu quero realmente nessa última reunião de todas que nós tivemos dizer que vocês a prefeitura viram esse problema que cidade estava atravessando e de certa maneira vocês estão consertando, se tem algumas coisas que a gente poderia almejar a mais, eu acredito quem sabe na Câmara, quem sabe nos próximos leis de zoneamento, nos próximos planos diretores a gente consiga crescer mais, mas nunca se esqueçam todos vocês, construção civil o Brasil precisa disso, o Brasil só cresce se construir mais, em todos sentidos! Obrigado. **MARCELO MANARA:** Maria Rita. **MARIA RITA:** Maria Rita, representante do CREA. Eu ia responder algumas insinuações, mas não vale a pena. Na realidade, Secretário, eu pedi para falar de novo porque achei que ficou dúbia da maneira que eu coloquei a nossa posição, tanto do CREA, quanto que a gente discute junto com o setor todo né. O processo de construção até hoje, nós o entendemos extremamente democrático, nós participamos de tudo, de todas as comissões técnicas, não só nós como todos os setores, muitas coisas foram resolvidas, inclusive pessoas que entendiam melhor dessa, daquela questão em si, nós discutimos essas metodologias, elas foram votadas na Câmara Técnica e votadas no Conselho, o que eu coloquei na outra vez é o seguinte, se nós analisarmos daqui para frente que essa metodologia não se chegou aonde queria, ótimo, nós aprendemos e no próximo nós vamos ter que mudar as metodologias, mas nós não podemos agora ao final desse processo inteiro entender que uma metodologia que foi discutida e aprovada por todos nós e, diferentemente do que foi colocado, representamos a sociedade sim, porque cada um que está aqui, que não representa, representa uma parte de uma sociedade, então quando a gente vota 1 (um),2 (dois),3 (três), pelo menos quando a gente vota aqui, a gente discutiu com um monte de gente, debateu e trouxe, então nós não estamos votando uma pessoa, todos nós e muitos de nós sim, trabalhamos, viemos aqui essa hora, trabalhamos o dia inteiro e por que? Porque nós aceitamos representar a parte da sociedade, todos nós. Como eu coloquei, nós vamos ter que ler o documento que recebemos hoje como todo mundo, e aí concordar com ele ou não, e sobre o documento que já está indo, nós não concordamos com algumas coisas, mas também como colocado com outros setores, nós também não queríamos que 100%... Nós tínhamos certeza que 100%

das nossas reivindicações não seriam atendidas, não sei nem se 30% foi atendido, ok?! Não fizemos cálculo disso, mas entendemos que foi uma construção coletiva, então assim, nós estamos entendendo que o processo foi democrático e se encerra hoje, a discussão do documento é outra discussão. **MARCELO MANARA:** Obrigado Maria Rita e assim nós erramos as inscrições com 20 (vinte) falas, 20 (vinte) manifestações indistintamente entre conselheiros e convidados. Então, vamos partir para deliberação da questão como eu já esclareci e vou repetir, se os conselheiros... E eu vou pedir o seguinte, por uma questão regimental, a contabilidade dos votos é dos conselheiros que assinaram a lista de presença. Alguém quer assinar a lista de presença antes da deliberação? **ANTÔNIO MIGUEL:** (distante do microfone) deliberar o que Manara? (Inaudível 01:52:25) Eu vou assinar. **MARCELO MANARA:** É a finalização do processo, a finalização desse rito que nós chegamos após audiência pública e a disponibilização desses documentos, do acervo de documentos do site. **ANTÔNIO MIGUEL:** Tem uma questão para mim, uma coisa é desde o início, uma coisa é (inaudível) isso aqui chegou aqui mandaram eu deliberar, colocar documento lá e tal, outra coisa é dizer "vou deliberar isso" e o Conselho está aprovando o encaminhamento direto desse documento à Câmara, isso não está nos Planos do Conselho Gestor, vamos supor ,uma aprovação, um calendário que foi acordado, o processo para chegar até aqui, é obvio que foi acordado e chegou aqui, agora o encaminhamento vai estar em mutação, o encaminhamento desse projeto de lei feito pela Prefeitura. **MARCELO MANARA:** Sim, é o próximo passo Miguel. **ANTÔNIO MIGUEL:** Então, vai estar (inaudível 01:53:21). **MARCELO MANARA:** Vai! **ANTÔNIO MIGUEL:** Então, eu posso assinar ou não, mas eu discordo. Como conselheiro eu discordo. **MARCELO MANARA:** Tudo bem, nós estamos aqui para isso. **ANTÔNIO MIGUEL:** (Inaudível 01:53:28). **MARCELO MANARA:** Nós estamos aqui para isso. **ANTÔNIO MIGUEL:** (Inaudível 01:53:30). **MARCELO MANARA:** Certo. **ANTÔNIO MGUEL:** Isso já foi discutido na metodologia do Conselho Gestor. **MARCELO MANARA:** Ok. Então, voltando. Acho que agora estão todos esclarecidos sobre a abrangência da decisão. **ANTÔNIO MGUEL:** Então eu quero (Inaudível 01:53:47) **MARCELO MANARA:** Já vou falar até que fique registrado em Ata, a aprovação... Vou submeter à aprovação o rito final que compõem as audiências públicas ou acervo de documentos que vão subir para o site do Plano Diretor, a reunião de hoje com apresentação para disponibilizar o encaminhamento para Câmara Municipal... Quem é contrário à esse entendimento de que hoje nós estamos concluindo o processo, o calendário definido em abril de 2018 se manifeste. (Inaudível, vozes ao fundo 01:54:27). **MARCELO MANARA:** Certo. São 02 (dois) votos contra. (Inaudível, vozes ao fundo 01:54:33). **MARCELO MANARA: O**k. Tudo bem. Eu vou pedir de novo... Gente! É para manifestar o voto, não é para debater. Vou perguntar novamente, quem é contrário se manifeste... São 04 (quatro) votos contrários. Quem é a favor se manifeste... Tamires, por favor, me ajuda aí. **TAMIRES CARVALHO:** 14 (quatorze). **MARCELO MANARA:** 14 (quatorze) votos favoráveis. Quem quer se abster? Quem quer registrar o voto? **ANTÔNIO MIGUEL:** Espero que os votos contrários estejam explícitos na Ata e o porquê desses votos. **MARCELO MANARA:** Então você quer registra o voto? **ANTÔNIO MIGUEL:** Eu quero que estejam lá quais são. **MARCELO MANARA:** Mas, por favor, Miguel, no microfone pois está sendo gravado, por favor! Se você quiser falar em nome dos 04 (quatro) ou se quiser registra o seu, fique a vontade. **ANTÔNIO MIGUEL:** Eu não sei se os 04 (quatro) tem a mesma posição que eu, eu tenho eu vou explicar, eu vou explicar. **MARCELO MANARA:** O registro de voto do Miguel e depois do Gabriel para que nós façamos o encerramento. **ANTÔNIO MIGUEL:** Não, é rápido. O registro é só o seguinte, o Conselho até aqui, o encaminhamento em relação ao processo calendário etc., chegou num ponto... O Conselho Gestor não discutiu, para mim não discutiu e, essa Ata que foi comentada pelo Paulo, eu não vi, enfim, não sei até hoje, mas até onde eu acompanhei o processo metodológico, no meu entendimento, ao fim desse processo não foi discutido o que se faria depois dessas reuniões, será encaminhamento direto da proposta feita e formulada pelo corpo técnico da prefeitura para a Câmara Municipal, isso não foi discutido no Conselho Gestor. Isso é parte da metodologia e como ao Conselho Gestor só cabe discutir metodologia, e isso não foi discutido, isso está sendo encaminhado sem a discussão do Conselho Gestor. **MARCELO MANARA:** Está ok! Ângela e depois Gabriel. **ANGELA SILVA:** Eu quero que fique registrado, porque depois a gente passa pelo

desconforto de ir nas reuniões e ouvir falar que o Conselho Gestor aprovou. Tem que ficar claro que tiveram grupos que foram contra essa proposta, eu já li o documento onde consta o nosso entendimento de que tem que ter o Conselho da Cidade, "votar"! Isso é o processo democrático. Votar! Eu não estou nem falando se eu quero isso, eu quero aquilo, quero que vote às propostas, e aí sim nós estaremos realmente selando com "chave de ouro" e, levando em consideração, respeitando o Estatuto da Cidade, é por isso que eu quero que conste que nós não aceitamos essa proposta, não concordamos com esse Plano sendo levado dessa maneira que está sendo encaminhado. **MARCELO MANARA:** Está registrado. Quem mais? Gabriel. **GABRIELALVES:** Gabriel, representante do Núcleo Regional do Plano Diretor participativo, segmento Movimentos Populares. Quero deixar consignado que esse Conselho Gestor não participou no processo da elaboração da proposta de projeto de lei do Plano Diretor, não discutiu seus princípios e nem os embasamentos técnicos que levaram a chegar a este "anteprojeto" e não houve uma comissão de sistematização que pudesse ser paritária entre poder público e sociedade civil, que pudesse analisar as propostas que seriam incorporadas ou não ao processo do projeto final do Plano Diretor e, isso é, no nosso entendimento, "o processo não se esgotou aqui". É claro que o processo está maculado, está com vícios, não atendeu a legislação vigente na condição da participação do Plano Diretor participativo. Gostaria de justificar as minhas ausências nos eventos e nas reuniões, pois eu tive um problema pessoal de saúde na família, a minha mãe teve 03 (três) AVC'S no período de um ano, um ano e meio, está imobilizada e isso me comprometeu de estar mais ativamente nos processos de discussões, mas ainda assim acompanhei e faço essas ressalvas. Eu gostaria de saber quando que serão encaminhadas todas as Atas inclusive dessa reunião. **MARCELO MANARA:** Gabriel desculpa, mas tão somente a justificativa de voto. **GABRIEL ALVES:** Estou pedindo esclarecimento. **MARCELO MANARA:** Ok. **GABRIEL ALVES:** Estou pedindo esclarecimento. **MARCELO MANARA:** Tudo bem, é que daí a gente reabre discussão e nós já estamos finalizando a votação. Para ficar segurado e registrado em Ata, a votação foi de 14 (quatorze) votos favoráveis ao entendimento que o processo foi concluído na sua totalidade, conforme acordado Cronograma estabelecido nessa plenária, dia 04 (Quatro) de abril de 2018 (Dois Mil e Dezoito), contra 04 (Quatro) votos contrários ao entendimento de que não houve a completude do processo... Gabriel, eu não vou abrir desculpa, desculpa. Não havia percebido que o Senhor solicitou justificativa de manifestação. **NILSON FRANCO:** Lamentavelmente, Manara, na última audiência, eu já manifestei esse desejo que está no documento, de me desligar dessa equipe, da qual eu tive muita honra de participar das Câmaras Técnicas sobre sua coordenação, porque estou sentindo que e você deve ter ouvido a opinião de todos eles, alguns até técnico aqui, de muita experiência, alguma coisa tá incompleta ainda, o trabalho foi muito bem pensado, muito bem conduzidos, mas parte daqueles que deveriam ser atendidos que nós estamos representando aqui, lá nós ouvimos deles que não foram totalmente, e eles têm acesso a tudo isso, então é com essa condição o que o defendem apresentou aqui pela BR ,eu too ai como diretor e não como conselheiro, assinando a diretoria da ADA, assinou, que também, que nem a Maria Lúcia comentou aqui e mais o que os demais conselheiros que estão voltando contra isso, eu assumo integralmente, muito obrigado a toda a equipe que tá aqui, desculpe por alguma coisa que tem ocorrido e mais uma vez espero que ela indo caminhar, disso junto à câmara coisa, esses pequenos desvios que ocorreram aí e coisas que estão faltando na parte ambiental, pois eu sou técnico de meio ambiente também tenho responsabilidades, então muito obrigado e boa noite. **MARCELO MANARA:** Obrigado senhor Nilson. Espera aí, pessoal, pessoal, por favor, por favor, mais 05 minutinhos, eu gostaria da presença de todos para fazer um encerramento pessoal, que eu vou agradecer a todos, então mais 05 (cinco) minutinhos, por gentileza. **OSWALDO VIEIRA**: Oswaldo SEURBS, é só para reforçar o seguinte, desde o início do processo, todos os documentos gerados tanto aqueles produzidos pela Prefeitura, que são os documentos técnicos, tanto os registros dos eventos dos fóruns, oficinas... Todos os áudios foram transcritos e todas as Atas do Conselho Gestor estão disponíveis no site. Se você entrar no site você vai ver um ícone chamado "documentos oficiais" e, todas as atas com datas estão lá, a única Ata que não estará lá ainda é essa, a que nós aprovamos antes disso estão lá, é só entrar no site que todos os documentos estão lá, todas as Atas estão lá. Se houver alguma dificuldade de identificar estes documentos no site é só ligar, pode ligar diretamente para mim na Prefeitura, meu ramal

Rua José de Alencar, 123 - 6º andar - Vila Santa Luzia - São José dos Campos - SP - Brasil - CEP:12.209-904
Tel.: 55 (12) 3947-8128 - e-mail: seurbs@sjc.sp.gov.br

aqui é 8661, que eu mostro e demonstro como acessar esses documentos, porque todos os documentos, nós tivemos o cuidado de disponibilizar no site, inclusive os que foram falados no início da reunião hoje. A retificação do caderno das evolutivas dos fóruns regionais, do fórum final, as Atas das audiências públicas e transcrevendo as Atas e devolutivas dos documentos audiência pública amanhã já estará, o projeto de lei que vocês receberam nesse CD, amanhã estará e a ata aprovada no início da noite amanhã estará. Todas as outras atas já estão. Se houver dificuldade para localizar o documento no site só ligar para mim sem problema nenhum e a gente localiza viu o Gabriel?! Pode me procurar aqui, ok? Os áudios também, nós temos todos os áudios na Secretaria, no arquivo da Secretaria, OK? **ANGELA SILVA:** Não querendo causar, mas o que a prefeitura vai disponibilizar? **NÃO INFORMADO:** As coisas que a gente aprovou hoje. **ANGELA SILVA:** Hoje?! **OSWALDO VIEIRA:** Vamos lá. Eu não vou reabrir, mas vamos lá. Eu vou responder, um pouco de paciência... Nós estamos passando para outra fase, que será na Câmara Municipal, então nós convocaremos outras reuniões do Conselho Gestor, nós não estamos finalizando o Conselho Gestor porque ele finaliza tão somente na lei, a promulgação da Lei, está no Regimento, está no decreto de criação até onde se estende conselho de gestor. **ÂNGELA SILVA:** Então, vou lhe ver mais vezes? **OSWALDO VIEIRA:** Tomara. Não somente aqui, como nas nossas andanças aí "Joseense". Mas, gente, olha como nós estamos concluindo essa importantíssima fase, eu quero muito agradecer ao empenho de todos os conselheiros, porque é uma dedicação voluntária, é uma dedicação cidadã, então a despeito e independente de quaisquer né entendimentos diversos, porque assim um contexto democrático, mas acima de tudo é a contribuição de cada um que trouxeram aqui nesses dois anos, através do conselho gestor eu queria fazer um agradecimento pessoal, porque eu tive oportunidade de aprender muito sobre São José dos Campos, sobre todas as localidades, principalmente todas as necessidades de São José dos Campos em razão desses debates ricos, muitas vezes acalorados né, então eu faço primeiro um agradecimento pessoal pelo enriquecimento pessoal e profissional que todos vocês, cada um de vocês é gentilmente me ofertaram e também fazer um agradecimento como secretário e como coordenador desse processo do Conselho gestor porque as 30 (trinta) e tantas reuniões, foram todas elas produtivas, todas elas pacíficas, todas elas muito nobres né, todos os conselheiros foram nobres no seu comportamento, na sua contribuição, então é um fechamento desse ciclo que agora vai ser encaminhado para a Câmara Municipal e nós nos veremos em outras reuniões sem dúvida nenhuma, outras discussões, contribuições. Boa noite para todo mundo, muito obrigado e parabéns a todos. O presidente do Conselho, Marcelo Manara, deu por encerrada a reunião, e nada a tratar, a presente ata foi redigida e depois de lida e aprovada, será assinada pelo presidente do Conselho, para ser encaminhada por e-mail a todos os participantes e membros do Conselho Gestor.

Eng. Marcelo Pereira Manara
Presidente do Conselho e
Secretário de Urbanismo e Sustentabilidade